

----- ATA N.º 7/2023 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE AOS DIAS
VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE
DOIS MIL E VINTE E TRÊS** -----

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, na Vila de Ferreira do Zêzere, no Edifício Centro Cultural Alfredo Keil, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
2. Apreciação e votação da ata da 2ª Sessão Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2023. -----
3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

2. Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal, para representação da "Comissão de Seleção e Acompanhamento das Propostas de Apoio ao Associativismo", de acordo com o ponto 3º do artigo 5º do Regulamento n.º 617/2011 do Município de Ferreira do Zêzere. -----
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Minuta de Protocolo de Apoio do Município de Ferreira do Zêzere à Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, no âmbito do Projeto de Construção do Parque Infantil de Paio Mendes, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Minuta de Protocolo de Cedência de Instalações do Edifício Jardim de Infância de Paio Mendes, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Minuta de Protocolo de Cedência do Edifício da Escola Primária de Chãos à Junta de Freguesia de Chãos, apresentado pela Junta de Freguesia de Chãos, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Minutas de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Chãos e de Nossa Senhora do Pranto, para pagamento de Rendas e utilização das Unidades de Saúde, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

21	195
Livro	Folhas



7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada de São Francisco, no lugar de Milheiros, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; -----

b) Eliminação de sinal de trânsito, na Rua Casal de Além, no lugar Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

c) Eliminação de sinal de trânsito, na Rua Dr. António Baião, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua de Santo António, no lugar Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

e) Colocação de sinal de trânsito, na Rua das Regueiras, no lugar de Castelaria, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -----

f) Colocação de sinal de trânsito, na Avenida Nossa Senhora do Pranto, no lugar de Sobreira, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

g) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Rio Zêzere / Horta da Coelha, no lugar de Zorro-Dornes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

h) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Alqueidão de Cima, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

i) Colocação de sinal de trânsito, na Travessa da Capela, no lugar de Ereira, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

8. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Plano de Urbanização da Vila de Ferreira do Zêzere. -----

9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para a nomeação da entidade V. L. Santos & Associados - SROC, S.A., para auditor externo (Revisor Oficial de Contas), para os anos de 2024, 2025 e 2026, nos termos do n.º 1 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

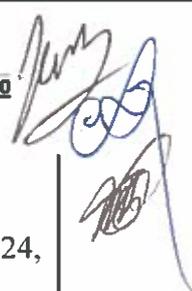
10. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

11. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2024, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da Carta Social do Município de Ferreira do Zêzere, conforme art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. -----

13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para isenção do pagamento das taxas referentes aos meses de janeiro a abril (inclusive) ao Senhor Celestino António Gomes Marques, e para aprovação da redução em 50% das taxas mensais, para o ano de 2024, para os vendedores que exponham e vendam os produtos por si produzidos na área das suas atividades, tradicional, artesanal ou artística. -----

14. Apreciação e votação da proposta de redução das Taxas, na ordem dos 25% a aplicar ao licenciamento ou à comunicação prévia, de operações urbanísticas de obras de reconstrução, reabilitação, alteração e ampliação de edifícios habitacionais ou não, que se encontrem em ruínas ou degradados e sem condições de utilização, que as respetivas taxas sejam também aplicáveis aos muros e piscinas, quando integradas no mesmo processo, e que as reduções não sejam aplicáveis aos prazos de



execução, prorrogações e às LECO, relativo à Tabela de Taxas Municipais de 2024, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação. ---

15. Votação da proposta da Câmara Municipal, da retificação ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----

16. Compromissos Plurianuais: -----

16.1) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

17. Para conhecimento dos apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos às freguesias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 4 da proposta de concessão de apoio às freguesias aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de junho de 2023. -----

18. Para conhecimento, do comprovativo de comunicação no Portal das Finanças, relativo à Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2024. -----

19. Para conhecimento, da Atualização Tarifária dos Serviços Prestados pela Tejo Ambiente - E.I.M., S.A., para o Ano 2024. -----

20. Para conhecimento, do Plano de Atividades e Orçamento da Tejo Ambiente - E.I.M., S.A., para o ano de 2024. -----

21. Para conhecimento, do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito à Oposição do ano de 2021 e 2022. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Presenças: distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros. Referir que o Senhor Deputado Municipal, Mário dos Santos Roberto, entrou na sessão seis minutos depois do começo desta. -----

O Senhor Deputado Municipal José Manuel Duarte ausentou-se na 2ª parte da Ordem do Dia, devido a sentir-se mal. -----

A **Câmara Municipal** fez-se representar pelo Presidente Bruno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores Orlando da Silva Patrício, Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira e Pedro Manuel dos Santos Alberto. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e cinco minutos, quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, fez uma abordagem breve, de alguns pontos mais importantes da correspondência recebida, deixando a indicação que a pasta da correspondência recebida estava à disposição para quem quisesse consultar. -----

Não houve intervenções. -----

2. Apreciação e votação da ata da 2ª Sessão Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2023. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma alteração à ata recebida que foi enviada oportunamente, pelo que não houve nenhuma intervenção. -----

Colocada à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com dezanove votos a favor, sendo treze do partido Socialista, seis do partido PPD/PSD-CDS.PP, com zero votos contra, e duas abstenções, sendo uma do partido Socialista e outra do partido PPD/PSD-CDS.PP, por eleitos municipais que não estiveram presentes na referida sessão, e aprovar a ata da 2ª Sessão Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2023. -----

3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, Armando Cotrim, no uso da palavra, começou por questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a Habitação Social, dizendo que será uma realidade em Ferreira do Zêzere, querendo saber em que fase está o assunto, nomeadamente como decorrerão as obras, bem como as obras no Bairro Social, se irão ocorrer em simultâneo e se as pessoas que lá habitam já foram contatadas. Passou para outro tema, a alimentação escolar, disse que três meses passados do início do ano letivo, perguntando se tem havido diálogo com a escola, com os pais e com a empresa, dizendo que existe agora uma campanha a começar brevemente, com os pais e seus educandos no refeitório escolar. Sobre o alcatroamento que será retomado após alguns anos nas freguesias, questionando se será retomado em todas as freguesias, uma vez que o mesmo não foi possível concretizar em dois mil e vinte e três, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal e Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias, António Marques de Oliveira, no uso da palavra, começou por se referir à empresa Biocompost, dizendo que os cheiros tornaram a vir nas últimas semanas, sendo algumas das vezes insuportável, mencionando um caso de um cidadão que ligou no dia anterior, dizendo que o cheiro era insuportável para os habitantes que moram perto da empresa, e que foi ao local confirmar essa situação, afirmando que era verdade. Disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal têm tido reuniões com a administração daquela empresa, querendo ver e toda a população também, o problema resolvido o quanto antes, dizendo que na sua opinião as fábricas são para existir, dão trabalho, mas que deverão existir meios adequados para que os cheiros não aconteçam, referindo que quando foi para lá a Fábrica as pessoas já lá moravam confortavelmente sem cheiros, e que agora estão desesperadas, tendo razão para isso, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal e Presidente da Freguesia de Águas Belas, José Pedro Pestana Joaquim, no uso da palavra, começou por se referir à Estrada Nacional 238 em Águas Belas, querendo saber o ponto de situação, referente ao projeto das Infraestruturas de Portugal, bem como para quando se prevê o início e duração das obras de requalificação da conduta e da via. Questionou também sobre as obras iniciadas na semana anterior de asfaltamento na E. N. 238, na Venda da Serra, querendo saber que obras é que se tratam, até onde é que vai ser feito, o que irá ser reparado e até quando o término das mesmas, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, João Silva, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que na análise da documentação enviada para a



Assembleia Municipal, constata que para o ano de dois mil e vinte quatro, já se prevê verbas para a Construção da Escola Pedro Ferreiro e para a Requalificação do Centro de Saúde, querendo que efetuasse um ponto de situação relativo a timings, início de obras, término, bem como o enquadramento do financiamento dos montantes previstos, terminando assim a sua intervenção. -----

A Senhora Deputada Municipal, Mónica Antunes, no uso da palavra, falou sobre um assunto que já tem vindo a abordar nas Sessões anteriores, neste caso sobre a Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, dizendo que a época balnear deverá ser preparada previamente na sua opinião, querendo saber os avanços no projeto, e se no verão já vai haver mais alguma coisa efetivamente para aquela zona em concreto. Dado a importância da indústria para os concelhos, e concretamente para Ferreira do Zêzere para atrair jovens, população, e sendo uma das promessas eleitorais realizadas pelo executivo atual, gostaria de saber ponto de situação relativo à Incubadora de Empresas, se será uma realidade ou não, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, António Manuel de Jesus, no uso da palavra, começou por referir uma situação, no dia nove de julho de dois mil e vinte e dois, devido a um incêndio rural, o moinho de Avecasta ficou totalmente destruído. Continuou dizendo que no dia 24 de julho do mesmo ano, e na presença do Senhor Presidente da Câmara, na presença de um representante da União das Freguesias de Areias e Pias, e um representante do Centro Cultural e Recreativo de Avecasta, foi mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara que assumiu o compromisso de tentar arranjar financiamento, para a recuperação do moinho, pelo que questiona se esse financiamento já está concretizado, e se existe algum prazo, ou previsão da recuperação do mesmo, referindo que sendo uma referência turística na freguesia e no Concelho, seria na sua opinião de extrema importância a sua recuperação. Passou

a mencionar outra situação, referindo-se às Lojas de Cidadão, que ao assumirem um papel importante no apoio aos serviços, aos cidadãos existentes em muitos Concelhos, sendo uma forma de centralização de serviços, atendimento e proximidade ao cidadão, e sabendo que o Município de Ferreira do Zêzere está empenhado para criar condições para a criação de uma loja do cidadão, questionou em que ponto se encontra o processo bem como qual poderá ser o contributo do Município para que a Loja do Cidadão se torne uma realidade, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, começou por abordar um tema já levantado, a Estrada Nacional 238 de Águas Belas, questionando como está o processo de infraestruturas e da pavimentação que é urgente. A questão da escola a confirmar-se, se será a rondar os nove milhões de euros, questionando como será o seu financiamento, devido a ser uma obra de grande envergadura, bastante avultada para o Município de Ferreira do Zêzere. Outra questão era se a Câmara Municipal já está a desenvolver ou já desenvolveu, o Plano Municipal de Ação Climática obrigatório até fevereiro de dois mil e vinte e quatro, devido ainda não ter ouvido falar nada acerca desse assunto, terminando assim a sua intervenção. -

O Senhor Deputado Municipal, Nuno Ramalho, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Executivo, começou por dar voz ao descontentamento de alguns munícipes de Ferreira do Zêzere, em relação ao fornecimento de água, na zona das Regueiras, freguesia de Igreja Nova do Sobral. Disse que nas queixas, relatam frequentes falhas no fornecimento de água, crendo que roturas de água, bem como a qualidade de água abastecida, após as respetivas roturas, não sendo por essa razão água própria para consumo. Quis saber se estão identificadas as causas dessas roturas, se estão identificadas as causas para a suficiente qualidade de água, após correção de roturas,

se existe previsão de intervenção para a sua regularização, nomeadamente investimentos por parte da empresa Tejo Ambiente, S.A., que fornece o abastecimento, e que pressões o Município possa fazer junto da Tejo Ambiente, S.A., para a sua regularização, solicitando que o Senhor Presidente fale sobre o tema. Disse ainda que a Tejo Ambiente, S.A., tem de saber que os habitantes de uma pequena aldeia e num pequeno Concelho, têm tanto e os mesmos direitos que os habitantes do centro de uma cidade. Passou para o assunto do PDM, dizendo que muitos ferreirenses e o próprio Senhor Presidente esperavam que no início do ano de dois mil e vinte e quatro estivesse já em funcionamento, referindo que compreende, mas gostaria de ter um ponto de situação acerca do mesmo, para que os ferreirenses possam sonhar que durante o ano de dois mil e vinte e quatro tenham o PDM aprovado. Em relação à obra de construção da ETAR de Areias, quis saber ponto de situação da obra, se existe algum reparo identificado já na fase de obra, à capacidade prevista em projeto, em fase de execução, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Salgado, no uso da palavra, questionou o Senhor Presidente acerca da inscrição dos prédios, das propriedades da Câmara Municipal. Abordou este assunto, e dizendo que todos os presentes já teriam esse conhecimento de que não havia inscrição matricial, falando das escolas, do Centro de Saúde, da Biblioteca, do Centro Cultural, pensando que já estará regularizado. E que irá obrigar, com a delegação de competências do Centro de Saúde para a Câmara, a nova Escola, os agrupamentos escolares, os veículos automóveis, etc., a seguros, referindo que as verbas que estão associadas aos seguros irão certamente aumentar, perguntando se a Câmara já pensou em efetuar um estudo ao mercado todos os seguros que a Câmara tem, dando um exemplo pessoal. Disse que a Câmara tem de ter esse cuidado, solicitando orçamentos, devido ao número de propriedades

que vai adquirir. São encargos para a Câmara Municipal e que avoluma em si o valor dos seguros, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, sentiu-se na obrigação de desejar o melhor a uma pessoa que não estava presente. Disse que até relativamente pouco tempo tiveram um presidente de junta que se chama Márcio Cabral por quem tem muitíssimo respeito bem como uma amizade muito grande, que por força daquilo que é a sua vida e da falta de saúde teve que abdicar do seu lugar de Presidente de Junta da União de Freguesias de Areias e Pias. Deixou o seu reconhecimento, por tudo o que ele fez durante os dois anos anteriores, pela dedicação, pelo mérito, pela postura, e pela frontalidade. Disse que já conhece o Márcio Cabral há muito tempo, dizendo que já trabalharam em conjunto antes da vida que agora levam, e que a relação entre a Junta de Freguesia e Câmara Municipal e particularmente com o Senhor Presidente é de louvar, reconhecendo de fato que é uma pessoa com excelente formação pessoal, pessoa com ideais, muitíssima bem formada. Pedia assim à Assembleia Municipal que comunicasse as palavras que o Senhor Presidente da Câmara acabara de fazer em nome do Município e que desejassem o melhor. Disse que não será Presidente de Junta nos próximos dois anos, mas estará lá para a amizade, o trabalho e a colaboração que o Márcio Cabral tem dado para com o Município e para com as gentes do Concelho de Ferreira do Zêzere. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio pedindo autorização, dizendo que gostaria de se associar às palavras do Senhor Presidente da Câmara, quer em nome pessoal quer em nome da Mesa da Assembleia Municipal, e convidando a associar-se a tal, os Senhores Deputados Municipais, referindo que fará chegar seguramente ao Senhor Márcio Cabral a informação da vontade expressa

de recuperação da sua saúde e que volte a servir o Concelho como sempre soube fazer, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara, continuou a sua intervenção, esclarecendo assim os Senhores Deputados Municipais. Começou por dizer que acabou melhor o ano do que começou, nomeadamente o trabalho e a estratégia desenvolvida, começa a concretizar-se e a ter espaços temporais de concretização mais próximos, e que deixa o executivo mais motivado. Esclarecendo o Senhor Presidente de Junta de Ferreira do Zêzere, Armando Cotrim, em relação à habitação social e rendas a custos controlados disse ter em posse a totalidade dos projetos de execução, faltando entregar e assinar um acordo com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e que tudo indica para catorze ou dezasseis de janeiro de dois mil e vinte e quatro, estando assim em condições de arrancar com a obra na sua totalidade. Falando no edifício existente, referiu que falta voltar a contatar os cidadãos para dar conta dos timings previstos, dizendo que será feito em janeiro, sendo o objetivo efetuar aquela requalificação parcialmente, para que se consiga manter os cidadãos e que a haver realojamento, seja de uma ou duas famílias de cada vez, devido a ser difícil de outra maneira. Referiu que compraram um terreno há pouco tempo e que está em condições para que em finais de janeiro possam arrancar com o concurso para a totalidade das obras, mencionando os seis milhões de euros, esperando que haja empresas a concorrer. Passou para outro assunto, nomeadamente a alimentação escolar, em que referiu que o executivo tem tido uma atenção grande a esse tema, dando conta que são as crianças e jovens ferreirenses que têm de ter a melhor alimentação possível, de qualidade, estando atentos pelo que têm reunido com as associações de pais, bem como a direção. Têm dado conta de alguns ajustamentos que a empresa tem de fazer, e que a esta tem tido uma recetividade relativo ao



acrescento de qualidade. Disse nunca sentir falta de vontade por parte da empresa, existindo sim uma proatividade para corrigir o que tem de ser corrigido. Referiu que da última reunião que teve com a escola, nomeadamente com os dois coordenadores dos dois centros escolares e com as duas associações de pais, entenderam continuar a concretizar aquele projeto, dando a possibilidade aos pais de poder acompanhar os seus filhos, que terão por dia cinco senhas em cada estabelecimento, em que terão de efetuar a marcação no dia antes e ter a oportunidade *in loco* de perceber a qualidade da comida, em que farão posteriormente um questionário onde darão conta da qualidade, e onde farão depois a devida avaliação. Continuarão assim nessa relação estreita entre os agentes de educação e a empresa para que as coisas continuem a correr bem. Em relação ao alcatroamento, disse que em janeiro estarão em condições de avançar com o concurso para as três freguesias, onde deu conta que os projetos das outras estradas estão num estado já avançado, prevendo-se em fevereiro possam ser concretizados. Falou numa reunião com as Juntas de Freguesia, onde irão perceber se avançarão com os contratos interadministrativos para quem quiser, havendo Juntas de Freguesia que assim não o entendem, para se poder transferir essa verba e fazerem a respetiva gestão da mesma para o betuminoso. Esclarecendo o Senhor Presidente da União de Freguesias de Areias e Pias, António Marques de Oliveira, referiu que a Biocompost tem trazido nas últimas semanas problemas que são graves, dizendo que tem falado diariamente com a população residente naquela zona, nomeadamente o Senhor Alberto, frisando que nas últimas semanas tem havido maus cheiros todos os dias, dizendo que é um assunto que têm de tratar de forma muito forte. Disse que juntamente com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, têm tido reuniões, sendo o objetivo resolver a situação. Referiu que a empresa está a construir na Chamusca uma nova Unidade de Laboração, sendo a

perspetiva passar para lá, pelo que afirmou que não podem continuar diariamente com aquele problema, informando os presentes que durante a próxima semana vão ter mesmo de perceber o ponto de situação, não tendo mais nada de concreto a informar. Esclarecendo o Senhor Presidente de Junta de Águas Belas, José Pedro Joaquim, e referindo-se à E.N. 238, disse que já visualizou o anteprojecto para aquela requalificação da conduta em alta, mencionando quinhentos mil euros mais IVA, referindo-se que a requalificação é desde a igreja de Águas Belas até às rações. Referiu que nos últimos email's que trocou com o técnico da entidade Águas do Vale do Tejo foi dito que o procedimento estava para arrancar para concurso, sendo a expectativa que no primeiro trimestre de dois mil e vinte e quatro tenham novidades relativo ao início da obra, referindo que gostava que comesse no primeiro trimestre, dizendo ao Senhor Presidente da Câmara que será possível. Disse que enquanto a requalificação da conduta não acontecer, não se conseguirá alcatroar aquele espaço pelo que continuarão a ter problemas nas Regueiras, dizendo que o problema de falta de água nas Regueiras deve-se essencialmente às ruturas daquela conduta em alta, não tanto a Tejo Ambiente, mas sim a Águas Vale do Tejo, pelo que se não resolverem aquela situação as ruturas ocorrerão quase diariamente. Segundo a informação que têm transmitido ao Senhor Presidente têm decorrido dentro dos timing's previstos. Referiu que na Venda da Serra já está a ser aplicado o betuminoso que irá até Besteiras, sendo o objetivo alcatroar por fases toda a zona que está mais degradada, dizendo que as Infraestruturas de Portugal deram conta que será até ao dia dezasseis de janeiro de dois mil e vinte e quatro. Voltou a frisar que o objetivo é ir fazendo reparações, fase a fase, dizendo que a entidade Infraestruturas de Portugal, não tem orçamento para fazer asfaltamento novo, fazendo assim a requalificação do já existente e sempre por fases. Esclarecendo o

Senhor Deputado Municipal, João Silva, em relação à escola, disse que iria estar na cerimónia de apresentação do programa que vai abranger grande parte da requalificação ou das escolas novas, que irá acontecer na Amadora com a presença do primeiro-ministro, dizendo que no início de janeiro avançarão com a colocação do procedimento para a obra em plataforma para começar a receber propostas e avançarem com os procedimentos. Foi dito ao Senhor Presidente da Câmara que o aviso do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência saía no início do próximo ano, indicando que avança no dia quatro e que irão transferir a candidatura que está em outro aviso e que tinha oitenta e cinco por cento, para o PRR a cem por cento, não podendo dizer nesta altura e de forma oficial que será uma candidatura aprovada, mas tem grande confiança e grande certeza que será aprovada, pelo que terão uma escola financiada a cem por cento, referindo que disse ao Senhor Ministro da Educação, bem como ao Senhor Secretário de Estado da Educação em Lisboa, pois teve o devido cuidado de ir falado com ele, devido estar a faltar a questão do mobiliário, referindo que felizmente o governo entendeu colocar no aviso PRR o mobiliário, e que com isso o Município poupar cerca de quinhentos mil euros, podendo ter uma escola nova, com mobiliário novo. Disse que terão a oportunidade de apresentar o projeto na Assembleia Municipal e à comunidade com a presença do Senhor Delegado Regional, da Senhora Arquiteta que trabalhou aquilo que é o projeto do executivo, dos membros da Assembleia Municipal e que será em tempo oportuno e defendeu que, encontrando-se realizado o trabalho a tempo e que irão estar na linha da frente referente às candidaturas estando num valor de dez milhões e novecentos mil euros. Em relação à requalificação do Centro de Saúde disse que o aviso abriu, estando a trabalhar no projeto de execução, sendo até um gabinete de Ferreira do Zêzere que ganhou o concurso, sendo prorrogado no dia da Sessão.



Tencionam entregar até ao final de janeiro a candidatura com o projeto de execução, estando a falar num montante de quatrocentos e dez mil euros mais IVA, e que quanto mais depressa a candidatura for aprovada é para avançar também com a obra com a previsão em dois mil e vinte e quatro com a requalificação do mesmo, estando tudo a correr bem. Esclarecendo a Senhora Deputada Municipal, Mónica Antunes, sobre o projeto da Bairrada/Bairradinha, disse que têm feito muita pressão naquilo que é aprovação do projeto em questão. Deu conta que felizmente a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, já o aprovou condicionado a duas ou três alterações, que o gabinete de arquiteto está a alterar e que posteriormente será aprovado em Reunião de Câmara e querendo-o apresentar à comunidade rapidamente. Indicou aos presentes o ponto de situação, dizendo que a candidatura está feita, estão a aguardar que chegue o projeto de execução. Disse que o Turismo de Portugal está também a fazer pressão para que o entreguem, estando as coisas a correr bem, estando a negociar os terrenos, referindo que a maior parte eventualmente terão que ir para expropriação, mas o objetivo era muito que conseguisse trazer essa intenção de expropriação de alguns terrenos à próxima Assembleia Municipal, devido a que a diferença entre aquilo que é a avalização oficial de um técnico credenciado e aquilo que as pessoas pedem são diferenças de dois mil e quinhentos euros para vinte e cinco mil euros, dando este exemplo, para que a negociação seja de igual modo para com outros proprietários, pelo que irão ter que estudar essa situação juridicamente. Não pretende que a candidatura corra mal, estando já a mesma colocada no Turismo de Portugal, aguardando só a aprovação do projeto e a entrega do mesmo, bem como a sinalização de início de procedimento para a expropriação dos terrenos. Em relação à Incubadora de Empresas, referiu que o procedimento do projeto de execução está tratado, informando os presentes que já têm uma empresa a trabalhar

no projeto de execução da Escola de Pias e que na primeira quinzena de janeiro irão reunir para alinhar aquilo que irá ser o projeto, achando que irá ser um projeto muito diferenciador, dando conta que poderão avançar em dois mil e vinte e quatro com a obra, devido a estar sinalizado no ITI – Investimentos Territoriais Integrados, naquilo que é o valor que têm na Comunidade Intermunicipal, pelo que estão descansados. Referiu que reuniu com a NERSANT, devido a terem uma capacitação técnica especializada naquilo que é a gestão de incubadoras, de espaço Coworking, de Startups, e que irão efetuar esse trabalho com eles, estando tudo em andamento. Mencionou que irão ter outro espaço além do já referido, pelo que aguardam mais novidades em relação ao primeiro espaço. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, António de Jesus, em relação ao Moinho de Avecasta, deu conta que irão ter uma reunião com a União das Freguesias de Areias e Pias, com a empresa e o respetivo Município de Ferreira do Zêzere na próxima semana, referindo também um investimento na casa dos sessenta e cinco mil euros. Referiu que em vez de fazerem pressão nas redes sociais, é perguntarem direto ao Senhor Presidente da Câmara sobre a situação do moinho de Avecasta, dando conta que as coisas têm o seu tempo, e que a empresa não consegue fazer o moinho de um dia para o outro. Disse que ainda não conseguiram encontrar enquadramento para um programa financeiro, informando os presentes que o compromisso que já assumiram foi de avançar com a obra, e que no orçamento do Município para dois mil e vinte e quatro têm cinquenta mil euros, em financiamento não definido, mas que, com a transição do saldo de dois mil e vinte e três será para colocar o respetivo valor. Lembrou que ainda terá de ir a Reunião de Câmara, sendo o compromisso de poderem ajudar com o valor mencionado, sendo certo que a União das Freguesias de Areias e Pias também em sede do seu orçamento também irá disponibilizar alguma verba e a

própria comunidade que irão ter de trabalhar para conseguir arranjar o restante, acreditando que em dois mil e vinte e quatro será executado. Em relação à Loja do Cidadão, deu conta que o trabalho já tinha sido feito com a Segurança Social e com as Finanças no sentido de se perceber se estavam disponíveis para se avançar para uma Loja de Cidadão, e que no seguimento da negociação com o Presidente da Comissão de negociação do PRR, havia perguntado se havia aviso ou não para Lojas do Cidadão e que diziam que sim, que na negociação se estava a avançar. Referiu que têm já a certeza de que irá avançar em janeiro, tendo que reunir com a AMA – Agência da Modernização Administrativa para se tratar do projeto de execução e perceber quais as exigências que pretendem, informando que o trabalho mais difícil está feito, e que neste momento é juntar os técnicos municipais e com os outros técnicos, para se perceber se será de terceira ou de quarta geração, e que irá ser inovadora, querendo muito que fosse no espaço das Finanças na zona da tesouraria, estando a falar de quinhentos metros quadrados no total o que permitirá ter uma Loja do Cidadão com muitíssimo espaço, mantendo os serviços. Mencionou valores de investimento na ordem dos novecentos mil euros, prevendo gastar metade do valor mencionado, que acreditará que chegue. Em janeiro pretendem fechar essa pasta e lembrou que será um investimento a cem por cento. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, começou por referir a EN 238, que já deu conta anteriormente, bem como a Escola. Falando no Plano Municipal de Ação Climática, referiu que é um dossier que está com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, e que tem de ser aprovado até final do mês de janeiro, estando o mesmo em andamento, esperando que na primeira Assembleia Municipal do ano, concretizar o mesmo. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Nuno Ramalho, em relação ao fornecimento de águas nas Regueiras, informou que já tinha dado

conta anteriormente, dizendo que a correção, será no primeiro trimestre. Em relação ao PDM – Plano Diretor Municipal, referiu que têm a análise técnica da empresa e dos técnicos municipais fechada e feita, dando conta que necessitam de marcar uma reunião para tomarem conhecimento daquilo que foram as respostas pensadas para a comunidade, referindo que tem esse compromisso para com o representante da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Beco, António José Craveiro. Referiu que o está em causa neste momento é uma reunião que tem de existir entre o Secretário de Estado da Administração Local, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, e a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional para se conseguir desbloquear, um possível empreendimento turístico na localidade da Aderneira, cuja APA, CCDR e Município tem de chegar a um consenso relativo à regulamentação daquele espaço, e que por força daquele espaço se terá de haver ratificação em Conselho de Ministros ou não do PDM do Concelho de Ferreira do Zêzere, o que havendo ratificação vai levar para junho, devido a ter-se um governo em plenas funções nessa altura, dizendo que não será fácil. Estão a trabalhar para que não haja ratificação em Conselho de Ministros para que possa internamente com a Câmara e Assembleia Municipal aprovar o documento e chegar a um consenso com a APA e a CCDR, o que não tem sido fácil. Lembrou o cenário político que se atravessa nesta altura com um governo demissionário, com arguidos na APA, e tudo aquilo que são decisões importantes a serem transitadas para o próximo governo. Disse que a pressão é muita, mencionando que tem milhões de euros de investimento, naquilo que são as empresas, naquilo que é a edificação e a procura de habitação, custando muito não ter uma resposta mais conclusiva e andar a adiar o processo quando não depende do Município. Passando para a ETAR de Areias, o Senhor Presidente da Câmara

Municipal mencionou ter tido uma reunião com o Conselho de Administração da Tejo Ambiente, na terça-feira, tendo-lhe sido dito que a ETAR iria estar pronta até final do mês de janeiro. Deu conta ainda de que por força daquela ETAR irão efetuar a ligação a vinte novas casas que terão ligação ao saneamento naquela zona abrangente à ETAR, sendo mais um problema ambiental que se resolve. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Carlos Salgado, e em relação à inscrição dos prédios, referiu que é um trabalho que se tem vindo a efetuar, não sendo fácil pois são muitos prédios para atualizar. Lembrou que o edifício onde está o executivo e os serviços técnicos da área das obras municipais não estar sequer registado nas finanças, estando a trabalhar nessa situação e tudo aquilo que são edifícios, estão a trabalhar na compra de terrenos, no destaque de terrenos para o IHRU, na venda de lotes na Zona Industrial, querendo muito para o ano seguinte fechar esse dossier, lembrando que na delegação de competências e respetiva transferência, irá obrigar também a estar tudo em ordem para posteriormente ficar na posse do Município determinados edifícios, dando o exemplo da Escola, e do Centro de Saúde. Em relação aos seguros, referiu que estão a trabalhar com uma consultora, a Sabseg Seguros, com o objetivo de ter um caderno de encargos, sendo um processo que está com um atraso de dois ou três meses, sendo o objetivo até final de janeiro terem um caderno de encargos e poder abrir um concurso para a totalidade dos seguros, relembrando que tem sempre solicitado a mais que uma entidade cotação e que têm vindo a descer os valores nos seguros, sendo o caminho que estão a fazer. Deu conta que a Comunidade Intermunicipal avançará também com um caderno de encargos nessa ótica, estando muitíssimo seguros, dizendo que até descobriram que alguns edifícios não estavam devidamente assegurados, nas exigências legais, dizendo mais uma vez que o objetivo é ter seguros mais baratos e

atualizados conforme as exigências legais, sendo um trabalho complexo, devido a ter um corpo técnico não muito grande. Disse que são muitas frentes de trabalho, mas vê muitas situações a concretizarem-se, e que os dois primeiros anos, são sempre duros. Referiu que irá fazer uma apresentação de um conjunto de obras que irão realizar, dizendo que o trabalho começa a fazer sentido e dar resultados, terminando assim os seus esclarecimentos às questões colocadas pelos Senhores e Senhoras Deputados Municipais. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: *“Começo por me dirigir a todos os ferreirenses, cumprimentando-os nesta Quadra Especial do ano, e ainda imbuído do seu espírito, realçar o quanto devemos pugnar pela Paz entre os homens de boa vontade. Estendo esses cumprimentos aos Senhores Deputados, aos membros do Executivo, aos senhores e senhoras funcionários aqui presentes, bem como ao público quer nestas instalações, quer em sua casa, e ainda os representantes da imprensa. Formulo votos de um Ano Novo de 2024, cheio de saúde, felicidades e sucessos pessoais, e que a nível da nossa comunidade, seja um Ano de realizações e concretizações, que não só contribuam para o desenvolvimento do nosso Município, mas também para o bem-estar e melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos. A 31 de julho passado, apresentámos, uma candidatura à obtenção de um Prémio de Boas Práticas nas Assembleias Municipais à Associação Nacional das Assembleias Municipais. Tal candidatura, encontra-se disponível, para consulta dos interessados, no site da ANAM. Não podia deixar de partilhar com os Senhores Deputados Municipais este momento porque a candidatura foi avaliada por um Júri de âmbito nacional, e daí resultou a atribuição de um Prémio de Boas Práticas na área da Inclusão e Envolvimento Comunitário, atribuído em cerimónia realizada a*

12 de outubro, em Leiria. Este prémio, reconhece acima de tudo a atividade desta Assembleia Municipal, como um todo, e valoriza a sua capacidade, de estabelecer pontes de entendimento entre os seus membros. Demonstra, ainda, a possibilidade de fazendo diferente, fazer melhor, e destaca o reconhecimento do seu modo de atuação inclusivo e o seu empenho no desenvolvimento comunitário. Finalmente, mas acima de tudo, este referido prémio, é dirigido a todos os ferreirenses, sem exceção, reconhecendo a sua capacidade de resiliência, não escondendo as suas dificuldades e as suas carências, servindo ainda no meu entender pessoal, para responsabilizar os eleitos, entre os quais se encontram os elementos desta Assembleia, na procura de soluções abrangentes, ousadas, transparentes e responsáveis. E acrescento, seguindo este caminho da inclusão e envolvimento comunitário, gostaria de informar os senhores deputados de duas iniciativas, que tenciono levar a cabo durante o próximo ano. 1) Criar um dia com a Assembleia Municipal, em que os alunos dos agrupamentos escolares, em pequenos grupos, poderão efetuar perguntas e informar-se acerca do funcionamento e importância da Casa Municipal da Democracia. Trata-se de uma ação de valorização da cidadania e da participação na vida democrática. 2) Ao abrigo do Artigo 19º, alínea p) do nosso Regimento, propor na próxima Assembleia Municipal de fevereiro de 2024, a criação de uma Assembleia Municipal Sénior, que reunirá uma vez por ano, para debater sobre os problemas desse escalão etário. Nesse sentido, será pedida a designação de três cidadãos, com 70 anos ou mais, por cada Junta de Freguesia e aprovados em Assembleia de Freguesia, respeitando, sempre que possível, a paridade maioritária do género feminino, que de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, é aquele em que se regista maior idade de esperança de vida. Paralelamente, é também pretensão a convocação de uma Assembleia Temática

dirigida aos problemas de Saúde Mental, tocando: o bullying e o burn-out; - o alcoolismo e o consumo de drogas; - a solidão; - a procura de ajuda no âmbito de solidariedade social. Temos, pois, trabalho a fazer, unidos pelo mesmo objetivo: servir os cidadãos ferreirenses. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, quis saber qual foi a taxa de execução do orçamento deste ano, se melhorou relativamente ao ano anterior, uma vez que tinham detetado que era um pouco baixa, se melhorou cumprindo os objetivos, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse que a taxa de execução do presente ano era de oitenta e nove por cento da receita orçamental, mas que iria confirmar com o Senhor Vice-Presidente esse valor, bem como com a comparação relativo ao ano de dois mil e vinte e dois. -----

2. Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal, para representação da "Comissão de Seleção e Acompanhamento das Propostas de Apoio ao Associativismo", de acordo com o ponto 3º do artigo 5º do Regulamento n.º 617/2011 do Município de Ferreira do Zêzere. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, referiu que os dois elementos que cumpriram o mandato de dois anos, nomeadamente o Senhor Deputado Municipal Nuno Ramalho e o Senhora Mónica Antunes, dando conta que a Mesa irá propor na eleição mantendo a Senhor Mónica Antunes e por uma questão

de maior proximidade, e de maior possibilidade de intervenção o Senhor Deputado Municipal Carlos Salgado, para fazer desses dois elementos da Comissão de Seleção e Acompanhamento das Propostas de Apoio ao Associativismo. Irá fazer uma proposta de votação, pelo que questionou os Senhores Deputados Municipais, se pretendiam formar mais alguma lista, pelo que como ninguém se pronunciou, foi considerada a proposta da bancada do Partido Socialista (PS) de “Lista A”, e feita a votação por escrutínio secreto. -----

Colocado à votação obteve-se o seguinte resultado: Lista A - 21 votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

Face ao resultado da votação foram eleitos para integrar a **Comissão de Seleção e Acompanhamento das Propostas de Apoio ao Associativismo**, a Senhora Mónica Patrícia Alves Antunes e o Senhor Carlos Ferreira Salgado, ambos membros da Assembleia Municipal. -----

Antes da votação o Senhor Deputado Municipal José Manuel Duarte ausentou-se da sala por não estar a sentir-se bem, e após isso não voltou mais a participar na respetiva Sessão. -----

Na mesma altura o Senhor Vice-Presidente, Orlando Patrício, no uso da palavra e esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, confirmou assim para dois mil e vinte e três a taxa de execução da receita de oitenta e nove por cento, referindo também a taxa de execução de despesa de setenta e dois por cento e que comparativamente a dois mil e vinte e dois, a despesa foi de setenta e três por cento, sendo a receita de noventa e um por cento, dando conta dos dados que apuraram, terminando assim o seu esclarecimento. -----

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Minuta de Protocolo de Apoio do Município de Ferreira do Zêzere à Freguesia de Nossa

Senhora do Pranto, no âmbito do Projeto de Construção do Parque Infantil de Paio Mendes, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Minuta de Protocolo de Apoio do Município de Ferreira do Zêzere à Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, no âmbito do Projeto de Construção do Parque Infantil de Paio Mendes, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Minuta de Protocolo de Cedência de Instalações do Edifício Jardim de Infância de Paio Mendes, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Minuta de Protocolo de Cedência de Instalações do Edifício Jardim de Infância de Paio Mendes, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Minuta de Protocolo de Cedência de Edifício da Escola Primária de Chãos à Junta de Freguesia de Chãos, apresentado pela Junta de Freguesia de Chãos, ao abrigo da competência

que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, quis enaltecer as Juntas de Freguesias e Câmara Municipal de aproveitar as antigas escolas aproveitando-as e mantendo-as de pé, sendo um trabalho muito importante que têm de fazer. Deu conta de que assumiu desde o início do mandato de as conseguir requalificar, dando solução e aproveitamento a grande parte das escolas. Neste ponto específico são três, mas o Município pretende recuperar mais sete, sendo seis para habitação de emergência e de rendas a custos controlados e uma para incubadora de empresas. Pretendia até ao final do mandato tentar resolver quase a totalidade das mesmas, requalificando umas, cedendo umas e vendendo outras, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Minuta de Protocolo de Cedência de Edifício da Escola Primária de Chãos à Junta de Freguesia de Chãos, apresentado pela Junta de Freguesia de Chãos. -----

6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Minutas de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Chãos e de Nossa Senhora do Pranto, para pagamento de Rendas e utilização das Unidades de Saúde, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, e tendo uma questão interpretativa relativo ao ponto em apreço, onde tem muitas dúvidas, questionando se o ponto em análise deverá estar na Sessão daquela Assembleia



Municipal e se a mesma não deverá ser retirada da Ordem de Trabalhos. Explicou que não percebe como uma renda da Junta de Freguesia são devidas por um contrato que já existia, vem agora como apoio extraordinário, dando conta que, se foi recebida uma transferências de competências para o Município já com esse acordo da renda, como existe agora um apoio extraordinário, não conseguindo enquadrar nem perceber o ponto em análise. Referiu que a AMBESA – Associação de Melhoramentos e Bem-Estar Social de Areias, não está no documento, mas também está nesse contrato de competências e não vem para a Sessão da AM, por não fazer parte da AM essa aprovação. Referiu que ou lhe falta o documento para conferirem se efetivamente o protocolo está a ir de acordo com aquilo que foi assinado nas competências da saúde, e que não vem no ponto em apreço. Deu conta que os contratos que existiam respeitantes à saúde com as Juntas de Freguesia respetivas, referindo que não está em causa o pagamento da renda, não sendo isso que está em questão, dizendo mais uma vez que não percebe o enquadramento que está a ter, solicitando assim esse esclarecimento. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, deixou essa questão de âmbito jurídico para o Senhor Vice-Presidente, mas não quis deixar de informar que aquilo que foi o documento assinado na delegação de competências na área da saúde, veio à Assembleia Municipal para conhecimento, por esse motivo diz que não está presente no documento em apreço. Falou na AMBESA, dizendo que é diferente em relação à ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, relativo a rendas do passado. Deu conta que quando se assinou o respetivo acordo partiram do pressuposto que era um problema que continuaria a existir, mas que nunca seria com o Município, mas sempre com a ARSLVT, referindo que sempre quiseram esclarecer essa situação da melhor forma, e que assim que tenham a possibilidade, e

com a reorganização que irá dotar a região de uma ULS – Unidade Local de Saúde, irão fazer uma negociação da possível renda daquele espaço em Areias. Disse que ainda não veio à Assembleia Municipal, uma vez estarem a tentar que o investimento naquela infraestrutura nova seja financiado pelo PRR também. Deu conta que teve uma conversa com o Adjunto do Ministro da Saúde, em que lhe referiu aquilo que se tinha passado, e está a falar de uma extensão de saúde que vai ter um edifício novo, e que se conseguissem que as obras tivessem enquadramento era bom. Se tal não vier a acontecer, também já reuniram com a Direção, e o Município vai ter que apoiar aquilo que foi até aos trabalhos a mais por forças das exigências legais que uma extensão de saúde tem hoje, que são completamente diferentes daquela extensão de saúde que estava anteriormente, terminando assim a sua intervenção, passando de seguida a palavra ao Senhor Vice-Presidente. O Senhor Vice-Presidente, no uso da palavra, disse que os protocolos transcrevem exatamente aquilo que era o acordo existente entre as Juntas de Freguesia e a ARSLVT. Deu conta que o que se passa ali naquele caso concreto inclusivamente, os protocolos têm uma particularidade, devido a eles serem de cedência de instalações e não propriamente de uma renda, no seu conceito que têm catorze prestações, explicando que visavam assegurar a manutenção do espaço através de um funcionário que lá estivesse e daí esse protocolo ser feito. Referiu que tiveram o cuidado de pedir esses protocolos existentes, pois eram aqueles valores que estavam exatamente acordados na transferência de competências, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, disse que a questão não estava nos valores e naquilo que se tem de pagar, mas sim no enquadramento do documento em apreço, que está como apoio extraordinário às Juntas de Freguesia, dizendo que a AMBESA não é uma Junta de Freguesia. Referiu

que aquilo que têm de fazer com a AMBESA não vem à Sessão da AM, devido a não ter enquadramento, quanto a apoio extraordinário. Mencionou que é feito um enquadramento para as duas Juntas de Freguesia e a terceira situação que não é uma Junta de Freguesia, disse que o Executivo não deverá trazer à Assembleia Municipal, questionando se o enquadramento seria aquele. A situação que refere é conferida e na sua opinião, pela própria assinatura do contrato de competências, quando vêm da Saúde para o Município, referindo que a AMBESA, não vem lá. Não irão discutir nada do protocolo da AMBESA devido a não poder vir como apoio extraordinário, tendo dúvidas que possa ser assim, deixando essa situação para juristas e há técnicos do Município que possam resolver essa situação, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Vice-Presidente, no uso da palavra, e respondendo ao Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, disse que essa foi uma questão levantada e que a vinda desse documento à Assembleia Municipal, tem simplesmente a ver com o facto de se ter entendido que é uma transferência que o Município faz para as Juntas de Freguesia e que todas as transferências financeiras que são transferidas do Município para as Juntas de Freguesia têm de ter a aprovação da Assembleia Municipal. Disse perceber a dúvida do Senhor Deputado Municipal, dizendo que aquilo que fizeram foi efetivamente pecar por excesso, pois se não tivesse haveria alguém que questionava como é que irão fazer isso? Ir fazer um pagamento à Junta de Freguesia que não passa pela Assembleia Municipal, sendo essa a questão, e que a AMBESA já não tem que vir à Assembleia Municipal, mas sim à Câmara Municipal, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra e no seguimento da intervenção do Senhor Vice-Presidente, disse que é uma competência da

Asssembleia Municipal pronunciar-se sobre todos aqueles assuntos e que tal está no Regimento da Assembleia Municipal. Sendo sua competência a Assembleia Municipal pronuncia-se fazendo a respetiva votação. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, e em minuta, com quinze votos a favor, do Partido Socialista, zero votos contra, e seis abstenções do partido PPD/PSD.CDS-PP, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar as Minutas de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Chãos e de Nossa Senhora do Pranto, para pagamento de Rendas e utilização das Unidades de Saúde. -----

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada de São Francisco, no lugar de Milheiros, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Estrada de São Francisco, no lugar de Milheiros, sito na União das Freguesias de Areias e Pias. -----

b) Eliminação de sinal de trânsito, na Rua Casal de Além, no lugar Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua Casal de Além, no lugar Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

c) Eliminação de sinal de trânsito, na Rua Dr. António Baião, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

A Senhora Deputada Municipal, Inês Ferreira, no uso da palavra, e querendo fazer apenas uma sugestão no sinal de trânsito na Dr. António Baião, no sentido se poderia haver alguma exceção na proibição de estacionamento nos momentos de missa, velórios e funerais, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Vice-Presidente, no uso da palavra, dizendo que era pertinente a questão, no entanto a situação resultou de uma informação vinculada pela própria GNR, no Conselho Municipal de Segurança, devido a que aquela rua, não tem condições para ter estacionamento, explicando que ao estar um veículo estacionado, e o carro que circular naquela via terá que obrigatoriamente apanhar a via de sentido contrário, referindo que por esse parecer da GNR a sugestão poderia não ser viável, pois foi uma recomendação feita no Conselho Municipal de Segurança. Deu conta ainda que aquele sinal induzia inclusivamente a que as pessoas a partir daquele fim de limite de estacionamento, poderiam estacionar, o que não era o caso, e que na realidade só era possível estacionar naquela zona, percebendo o constrangimento, mas dando a hipótese de estacionamento significativo mais à frente. Estava recetivo a tentar-se perceber e levar novamente a estudo para análise, mas fazer a alteração naquele momento não era possível, terminando assim a sua intervenção. -----



O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, apelou ao executivo para que o ponto em apreço fosse retirado, para análise de estudo, fundamentando que chegou a assistir a situações de velórios e de funerais, haver muitas no local. Não lhe parecendo ser a melhor forma de controlar o tráfego e as acessibilidades de dentro da Vila, dizendo que haverá outras opções, solicitando aos técnicos municipais que estudem várias opções, pois existem soluções para o caso concreto, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu conta que o plano da mobilidade indica que deve existir um corte daquela via ao fim de semana inclusive. Deu conta que a zona em frente à igreja até ao Município irá estar fechada ao trânsito, mas só daqui a uns anos. Percebe perfeitamente o facto de existir missa e velório, dizendo que o caminho para uma Vila é ter o menos carros possível e que no ponto em apreço, mencionou haver parques de sobra, não querendo muitas vezes os cidadãos estacionar nesses sítios. Deu conta que como passa lá todos os dias e muitas vezes tem de utilizar a via contrária devido ao estacionamento, tem de concordar com a exposição feita pelo Senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana, na reunião do Conselho Municipal de Segurança. Está disponível para analisar a situação, mas voltou a frisar que durante a semana cria bastantes constrangimentos, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, disse que havendo uma recomendação do Comandante da GNR, e havendo uma recomendação do Conselho Municipal de Segurança, custa-lhe muito que a Assembleia Municipal passe por cima dessa recomendação, quando está em causa a segurança dos cidadãos, sendo essa a sua opinião. Assim a sua intenção seria colocar o ponto em apreço a votação, ao que o Senhor Deputado Municipal, Filipe

Figueiredo, no uso da palavra, solicitava que fosse entregue essa recomendação do Conselho Municipal de Segurança, devido a não estar na documentação, e também para verificar o fundamento que está expresso e que nada têm contra as autoridades, dizendo que fazem muito bem o seu trabalho, mas no que respeita à sinalização a competência ainda passa pela Assembleia Municipal, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, e em minuta, com quinze votos a favor, do Partido Socialista, dois votos contra do partido PPD/PSD.CDS-PP, e quatro abstenções do partido PPD/PSD.CDS-PP, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da eliminação de sinal de trânsito, na Rua Dr. António Baião, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua de Santo António, no lugar Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua de Santo António, no lugar Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

e) Colocação de sinal de trânsito, na Rua das Regueiras, no lugar de Castalaria, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua das Regueiras, no lugar de Castelaria, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral. -----

f) Colocação de sinal de trânsito, na Avenida Nossa Senhora do Pranto, no lugar de Sobreira, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Avenida Nossa Senhora do Pranto, no lugar de Sobreira, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

g) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Rio Zêzere / Horta da Coelha, no lugar de Zorro-Dornes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua do Rio Zêzere / Horta da Coelha, no lugar de Zorro-Dornes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

h) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Alqueidão de Cima, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

Não houve intervenções. -----



Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua do Alqueidão de Cima, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

i) Colocação de sinal de trânsito, na Travessa da Capela, no lugar de Ereira, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Travessa da Capela, no lugar de Ereira, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

8. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Plano de Urbanização da Vila de Ferreira do Zêzere. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, deu conta que os Senhores Deputados Municipais foram informados “*in loco*”, em uma Assembleia Municipal convocada com a finalidade de apresentação do Plano de Urbanização da Vila de Ferreira do Zêzere, e em que foram prestados todos os esclarecimentos por parte da Senhora Arquiteta Gabriela Cotrim, responsável pelo Plano de Urbanização da Vila, bem como as questões que foram então levantadas, questionando assim os Senhores Deputados Municipais que queiram pronunciar-se acerca do ponto em apreço, não tendo havido intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, aprovar a proposta de alteração ao Plano de Urbanização da Vila de Ferreira do Zêzere. -----

9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para a nomeação da entidade V. L. Santos & Associados - SROC, S.A., para auditor externo (Revisor Oficial de Contas), para os anos de 2024, 2025 e 2026, nos termos do n.º 1 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, nos termos do n.º 1 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovar a proposta da Câmara Municipal, para a nomeação da entidade V. L. Santos & Associados - SROC, S.A., para auditor externo (Revisor Oficial de Contas), para os anos de 2024, 2025 e 2026. -----

10. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, interveio dizendo que o executivo sentiu a necessidade de após dois anos fazer uma apresentação e ponto de situação a um conjunto de investimentos que entendem ser estruturantes, dando conta da realidade dos mesmos para o próximo ano de dois mil e vinte e quatro, para que percebessem a realidade do respetivo orçamento. Começou por falar da Escola, um investimento de dez milhões, novecentos mil euros com uma comparticipação a cem por cento, financiada pelo PRR, seguidamente da Estratégia Local de Habitação, num investimento de seiscentos e cinquenta e sete mil euros, com a reabilitação de oito fogos com a comparticipação financiada a cem por cento pelo

PRR, bem como a Levegada com vinte fogos, com um investimento de dois milhões, trezentos e oitenta mil euros, com participação a cem por cento pelo PRR. De seguida passou para a Bolsa Pública de Arrendamento, na Levegada com dezasseis fogos com um investimento de um milhão, novecentos e trinta mil euros, com participação financiada a cem por cento pelo PRR, com o acordo de colaboração devidamente assinado, bem como o direito de superfície com o IHRU, e também a zona do Salgueiral, com oito fogos com um investimento de um milhão, cento e setenta mil euros, com participação financiada a cem por cento pelo PRR, com o acordo de colaboração que será assinado em janeiro de dois mil e vinte e quatro. Relativo ao Centro Cultural Alfredo Keil e Cine Teatro Ivone Silve, um investimento de trezentos mil euros, com participação a cem por cento pelo PRR, falando de equipamento de projeção digital de cinema e vídeo, imagem e tecnologia, com cento e cinquenta mil euros para cada edifício. Falou na requalificação do Centro de Saúde, com um investimento de quinhentos mil euros, com participação financiada a cem por cento pelo PRR, bem como na Requalificação da Rua Fonte de Ferreira e Rua de São Miguel, com um investimento de seiscentos e oitenta mil euros, com participação de oitenta e cinco por cento, financiado pelo Centro2020. Na requalificação da Rua Eduardo Mota, criou-se alguma dificuldade, devido a aguardar parceiro do ICNF, o que fez com que a obra não pudesse ficar concluída na sua totalidade até ao final de dois mil e vinte e três, o que implicou que parte do valor da mesma não fosse elegível para a participação de oitenta e cinco por cento, dando conta que cerca dos oitenta e cinco por cento dos setecentos mil euros, sejam financiados, após reunião com a CCDR, com fundamentação efetuada pelo Gabinete de Planeamento Estratégico, referindo término da obra para maio de dois mil e vinte e quatro. Em relação à Rota dos

Templários disse ter a ver com a Requalificação da Torre de Dornes e um espaço museológico, motivado por se ter descoberto um patamar abaixo da soleira da escada da Torre de Dornes. Deu conta que trabalham com o Senhor Padre, mais concretamente com a Fábrica da Igreja e com o Turismo de Portugal, para se conseguir uma reprogramação temporal e financeira que possa permitir albergar o restante da obra e a parte do Museu com aquilo que são os achados arqueológicos que se encontraram, achando que tal acrescenta valor à oferta de Dornes. O Turismo de Portugal, a CCDR e CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo estiveram reunidos no local, dando conta que a Câmara Municipal tem luz verde para avançar com a respetiva reprogramação. Referiu que não colocou na apresentação as infraestruturas elétricas e telecomunicações que irá rondar os quatrocentos e cinquenta mil euros, que neste momento não têm enquadramento financeiro, sendo uma obra que a Câmara Municipal está a assumir na totalidade, referindo ainda que a obra está a condicionar um pouco a localidade de Dornes. Em relação à Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, um investimento de quatrocentos e vinte mil euros, sendo duzentos e noventa e quatro de valor elegível, com participação de setenta por cento com o Turismo de Portugal a querer que se apresente o projeto de execução e que se avance com as obras, dependendo da expropriação e negociação dos terrenos, para aprovação da candidatura, sendo um projeto que consideram importante. Resumiu assim na totalidade das obras concluindo para as mesmas um investimento total superior a vinte milhões e setecentos mil euros a iniciar em dois mil e vinte e quatro, com financiamento comunitário superior a dezanove milhões, quatrocentos mil euros, achando que o ano de dois mil e vinte e quatro irá ser muito positivo para o Concelho de Ferreira do Zêzere, devido ao aproveitamento de fundos comunitários ser uma realidade.

Referiu que o Gabinete de Planeamento Estratégico tinha uma técnica que se chama Sandra Simões e que ganhou um concurso para Chefe de Divisão na Câmara Municipal de Ansião, querendo publicamente agradecer reconhecidamente o trabalho que fez e que foi alguém, conjuntamente com os restantes técnicos e Executivo que trabalhou muito bem e teve a capacidade para alertar para um conjunto de procedimentos, e de timing's para que pudessem chegar ali passados dois anos com todos os projetos indicados a avançar, e com a certeza de que irá correr tudo bem. Deu conta de que a Dr.ª Elisabete Silva irá assumir essa responsabilidade, onde têm muitos milhões para poder reter, sendo uma responsabilidade muito grande, pelo que agradece o facto de ter aceite essa responsabilidade, desejando a maior das sortes, referindo que o seu sucesso é o sucesso do Município e vice-versa, agradecendo assim também aos restantes técnicos do Município. Disse não ter sido fácil, pois há uma pressão muito grande para se poder cumprir prazos, para se poder ter um conjunto de documentação para se conseguir projetos de execução, e uma luta grande para se conseguir ainda mais investimento, sempre com alguma estabilidade financeira, com alguns empréstimos que terão que ser feitos, a partir de janeiro de dois mil e vinte e quatro, dizendo que necessitam de ter esse dinheiro para conseguirem ter alguma folga para avançar com as obras, não esquecendo dos trabalhos a mais, revisão de preços, para ter um reequilíbrio financeiro. Deu também conta de alguns investimentos previstos e que pretende realizar, nomeadamente, da Loja do Cidadão com financiamento participado a cem por cento pelo PRR, a Incubadora de Empresas a rondar os duzentos mil euros, o Albergue dos Peregrinos que ficou em cento e trinta mil euros e que vão inaugurar em dois mil e vinte e quatro. O Espaço Coworking que preveem gastar cerca de trinta ou quarenta mil euros, a Requalificação do Pavilhão Municipal

que irá rondar pelo menos os dois milhões de euros, que irá ser feito por fases, dizendo que a médio prazo estão a pensar um Pavilhão Multiusos, sendo um projeto que poderá custar mais de cem mil euros, acreditando que em dois mil e vinte e seis ou sete, haverá outro overbooking, dizendo que quem tiver projetos de execução terá grande probabilidade de se conseguir financiamento, em uma obra que poderá custar cinco ou seis milhões de euros, pelo que estão a trabalhar nesse sentido. Relativo à Requalificação do Espaço Público, refere-se a duas ou três ruas, uma que liga a GNR ao CRIFZ – Centro de Reabilitação e Integração de Ferreira do Zêzere, a que liga a CEPISA quase ao Intermaché e a Rua do Campo de Futebol, na zona da Hojer, bem como a outra paralela e que falta requalificar. Irão verificar quais serão as prioridades, explicando que ao avançarem com a Escola, com a Habitação Social e a Requalificação do Centro de Saúde, eventualmente avançarão com essa Rua primeiramente, devido às passagens dos camiões necessários às obras. Em relação ao espaço museológico Alfredo Keil que pretendem concretizar em dois mil e vinte e quatro, disse que aguardam propostas para a concretização do museu que rondará um investimento de cinquenta a setenta mil euros, reforçando que esse trabalho está a correr bem com a respetiva família de Alfredo Keil. Falou também em outros projetos de menor dimensão, nomeadamente o acesso à Praia Fluvial da Castanheira e ao Cais. Deu assim uma breve apresentação daquilo que irão ser os investimentos futuros. Deu conta de um ponto de situação da zona industrial, relativo ao novo Plano de Pormenor para se poder alargar a Zona Industrial. Referiu que neste momento só tem três lotes para venda, oito empresas com pedidos por escrito, em que os três lotes para venda, não permitem ir ao encontro daquilo que as empresas pretendem, devido a precisarem de espaço com maior dimensão. Mencionou que tem mais de uma dezena além daquelas que já referiu e que já reuniram com o

Gabinete de Planeamento Estratégico, e que vem questionar a oferta de *rent*. Será um trabalho que terão que efetuar rapidamente numa perspetiva de se poder avançar com a obra só por daqui a dois anos, estando tudo devidamente identificado e referenciado naquilo que é o dinheiro que têm na CIMT, sendo um trabalho que só o Plano de Pormenor e que todo o seu processo é feito por uma empresa externa, falando em um investimento que rondará os cem mil euros, até poderem avançar com a concretização da obra, lembrando que sem terrenos, nem oferta de espaços, não têm como fixar mais empresas. Terminou dizendo pretendia efetuar um ponto de situação passados dois anos de mandato, devido a ter esse compromisso com todos, principalmente com os munícipes. -----

O Senhor Deputado Municipal, Jorge Ponce de Leão de Castro, no uso da palavra, mencionou a apresentação do Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente as obras previstas, querendo apenas lembrar que muitas delas estão baseadas em Fundos Comunitários, que não são cem por cento seguros que venham, são prováveis, podem vir, como podem não vir, e se não vierem tudo aquilo que se falou pode correr o risco de não se poder realizar. Verifica também que existe um ponto que sempre foi bandeira do atual executivo, e que foi o Turismo, referindo que existe um desinvestimento de quase noventa e um mil euros, que é bastante significativo segundo o Senhor Deputado Municipal, referente ao apoio às freguesias disse que os apoios também não eram muito grandes, dizendo que se houvesse umas transferências de umas verbas de um lado para o outro, poderia haver alguns apoios às mesmas que muito precisam. Continuou dizendo que existe um peso excessivo no pessoal, em que o mesmo continua a representar cerca de quatro milhões e quinhentos mil euros num orçamento que inicialmente era de nove milhões, e que agora já é de dezasseis milhões, sendo quase cinquenta por cento desse valor. Em



relação a todos os outros investimentos e dando conta que o Senhor Presidente da Câmara tinha acabado de falar neles na apresentação, disse que durante os últimos dois anos, nada se fez praticamente, esperando que se venha a fazer nestes dois anos próximos, devido a haver eleições e que muitas coisas que são importantes que estejam prontas nessa altura. Referiu uma situação que em tempos já tinha falado, referindo-se aos suplementos, outros encargos, outros diversos, outros serviços e que já foi mencionado como sendo uma questão contabilística conforme indicado anteriormente, mas que tudo somado são vários milhões que estão ali distribuídos e que não sabem o que são, questionando novamente se não seria possível ter mais especificação nos valores, dando um exemplo nas Associações Desportivas, em outros, onde estão quinhentos e noventa e um mil euros, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, João Silva, no uso da palavra, e contrapondo o Senhor Deputado Municipal Jorge Castro, disse que o orçamento é realmente exigente, mas é proporcional às necessidades do Concelho de Ferreira do Zêzere, e que quando dizem que dois anos passaram e nada fizeram, não é bem verdade, explicando que para fazer as obras é preciso projetos, dizendo que primeiro é preciso sonhar e depois a obra nasce, referindo que foram apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal vários projetos, dando conta que o executivo não esteve propriamente a descansar nestes dois anos anteriores, e que pretende e lá estará para exigir que as coisas e as promessas sejam cumpridas, terminando dizendo que o Concelho precisa, e precisa muito da concretização desses projetos. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, Armando Cotrim, no uso da palavra, e indo no sentido da na mesma linha que o Senhor Deputado Municipal João Silva, disse que o investimento no pessoal, tem sido uma das mais

valias do atual executivo, apostando nas pessoas, apostar na massa crítica, apostando nos gabinetes de estratégia e desenvolvimento do Concelho para andar para frente. Referiu que se vê ao longo dos anos outros Concelhos a ultrapassarem Ferreira do Zêzere, devido a aproveitarem os Fundos Comunitários, quando Ferreira do Zêzere não tinha projetos a apresentar. Mencionou os projetos de execução que foram ali apresentados, nomeadamente na área do Centro de Saúde, da Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, a Incubadora de Empresas, a Loja do Cidadão, da Escola, que custaram milhares de euros, dizendo que são fundamentais, devido a que quando abrem as candidaturas e/ou avisos, afirmando que quem não têm projeto não avança e que Ferreira do Zêzere à conta disso tem perdido muito. Deu conta que ainda recentemente participou a nível profissional numa reunião de rede de museus do Médio Tejo onde se questionou porque é que Ferreira do Zêzere não tem um museu, e que Ferreira do Zêzere, perdeu a oportunidade devido a não ter projetos de execução, comparando com Vila de Rei que tem quatro ou cinco museus. Irá ter, entretanto, o de Dornes e o de Alfredo Keil, figura importante para Ferreira do Zêzere, isto tudo para dizer que faz falta apostar na contratação de novos técnicos e mais pessoas qualificadas para a Câmara Municipal, dando os parabéns ao executivo, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, questionou o executivo sobre o volume dos dezasseis milhões de euros, pretendendo saber qual a parte financiada daquele valor para terem uma ideia, e que aquilo que será a preocupação do Partido PPD/PSD.CDS-PP, é que após o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, existindo alguma elasticidade no Município de não se dotar neste momento de técnicos e quadros técnicos para o momento de três anos e que daqui a três anos ter técnicos não é desnecessário, pois fazem sempre falta no

Município, mas talvez em excesso, dizendo que com essa elasticidade e essa capacidade que apelam ao bom senso do atual executivo, sendo evidente que a qualificação, a formação dos técnicos é muito importante e que estarão lá sempre para estar desse lado, mas com peso e medida, não porque existe um PRR só, pois sabe-se que é limitado no tempo e não será uma situação alongada, estando-se a falar de curto espaço de tempo, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e esclarecendo os Senhores Deputados Municipais, começou por dizer que não tem o pelouro financeiro. Cabe a ele ter uma visão macro daquilo que é o orçamento, daquilo que é a estratégia do Concelho de Ferreira do Zêzere que nunca tem uma linha tal e qual como pretendem, devido a estarem dependentes daquilo que é a estratégia do governo, bem como daquilo que é a atualidade que a UE – União Europeia tem na altura. Esclarecendo ao Senhor Deputado Municipal, Jorge de Castro, o que quis que tivesse em conta era que o atual executivo ainda não conseguiu vender o Concelho devidamente para a área do Turismo, dando conta que nem faz sentido que o faça, ou que pelo menos ainda não têm uma estratégia especializada e técnica para promover o Concelho a nível turístico. Não fazendo sentido numa altura em que têm Dornes como têm, em que não têm uma Praia Fluvial, e que a Castanheira tem as condições que tem. Disse haver um trabalho que tem de se continuar a fazer, para que quando essas infraestruturas estiverem devidamente concretizadas, nessa altura sim, avançar para um projeto estratégico ligado ao turismo com tudo o que daí advém. O Senhor Presidente da Câmara Municipal á apologista que dada a competitividade que os territórios têm, Ferreira do Zêzere precisa de ter muita capacitação técnica especializada para trabalhar aquilo que é o turismo, aquilo que são alguns nichos de mercado. Deu conta que dado o investimento que está a ser

feito na área do Turismo não lhe preocupa muito que haja um decréscimo do valor nessa rubrica, interessando sim que está a ser muito investimento e que quando se diz que não se está a fazer nada, disse que em dois anos gastaram provavelmente dois milhões de euros em requalificação de ruas, cento e vinte e cinco mil euros no Albergue dos Peregrinos, cento e vinte mil euros nas casas de banho de Dornes, trezentos mil euros já gastos em Dornes e em projetos de execução quinhentos mil euros, em que o da escola custou cento e vinte e cinco mil euros, cento e vinte e cinco mil euros no da Habitação Social, cinquenta mil euros no Centro de Saúde, e que das três escolas primárias que têm, mais quarenta e cinco mil euros, da incubadora de empresas, mais trinta e cinco mil euros, podendo ainda falar de outros projetos de requalificação. Disse ser muito difícil esticar, mas está tranquilo pois o dinheiro que está na conta é praticamente o mesmo que deixaram há dois anos. E quando o acusam de fazer festas e festinhas, disse não ser assim, pois tem tido algum cuidado e tem sido feito obra, embora não sejam obras impactantes, dado a realidade em que se vive, dado o aumento de custos daquilo que são as obras, dado as revisões de preço, está a falar de muito dinheiro. Tem sido gasto muito dinheiro que considera bem gasto, no sentido em que abre a perspetiva de concretização de investimento que foi muito bem explicado na apresentação. Relativo à questão do pessoal não consegue perceber, ao dizer que quando recebem competências na área da Educação com conjunto de assistentes técnicos e assistentes operacionais, quando recebem competências na ação social em que não tiveram aumento de custos de pessoal, mas que têm mais trabalho efetivamente, quando assumem competências na área da saúde e recebem assistentes operacionais e técnicos, questionando que é impossível não subir valores com vencimentos, dizendo que ao receber as pessoas tem de haver aumento. Não lhe parece que haja falta de equilíbrio no que é o

aumento de custo de pessoal, dando conta que se olharem para os Concelhos vizinhos, fala em sessenta e dois por cento daquilo que é o orçamento e em situações difíceis. Assume que apanhou um Município que não tinha esse problema, dizendo que sem ovos não se fazem omeletes, e que sem qualificação e sem capacitação técnica que é muito importante não se consegue ter um posto de turismo aberto se tiverem uma pessoa, não se consegue ter dois postos de turismo se não tiverem duas pessoas, não se consegue ter fiscalização de obra, não se consegue ter todo o trabalho burocrático que as candidaturas envolvem, não se consegue toda a análise dos projetos. Parece-lhe que é equilibrado aquilo que é a política de contratação com o Município e com aquilo que têm feito. Deu conta que, e falando no próximo ponto que é o da aprovação do Mapa de Pessoal, disse ter lá previsto a contratação de duas pessoas, dois assistentes operacionais para a DOMPAT, no ano de dois mil e vinte e quatro, dizendo que daquelas duas pretendia dez, pelo menos, mas não será possível, devido a terem de cortar um pouco naquilo que era a vontade do executivo relativo a um conjunto de necessidades que têm. Disse não querer estar no lugar de algumas chefias, devido a que o que vem aí irá obrigar a uma exigência e uma dedicação que não se coaduna com o horário das nove às cinco, assumindo já esse assunto com as chefias e que ou há essa dedicação ou as coisas começam a correr mal e se há coisa que o Senhor Presidente não pode, é perder Fundos Comunitários, e que o Município de Ferreira do Zêzere perca dinheiro e que é financiado a cem por cento, continuando assim com o caminho que levam que considera ser equilibrado. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, disse que do orçamento apresentado, estão mais de cinco milhões de euros de fundos comunitários e de um investimento de seis milhões e setecentos mil

euros, havendo uma diferença significativa daquilo que vem do orçamento de estado, terminando assim os seus esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Junta de Ferreira do Zêzere, Armando Cotrim, no uso da palavra, quis apenas lembrar que em dois mil e vinte e quatro, a Lei de 2019, da transferência de competências para as Juntas de Freguesia está em vigor finalmente, dizendo que existem outros Concelhos que já vão com muitos anos de trabalho feito com as Juntas de Freguesia e Ferreira do Zêzere irá ter esse trabalho pela primeira vez, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, quis apelar à compreensão daquilo que é a vontade das Juntas de Freguesia e dos Presidentes de Junta, ao dizer que irão efetuar alguns investimentos nas Juntas de Freguesia e que pretendiam ir mais além. Disse não ser fácil ter equilíbrio naquilo que são as necessidades das Juntas e naquilo que são a necessidade de investimento também do Município, sendo um equilíbrio difícil de fazer, e que todos querem fazer obra e a Câmara Municipal quer ajudar ao máximo. Já deram o passo com trezentos mil euros que as Juntas de Freguesia vão poder gerir, acreditando que se fizerem uma gestão de qualidade, terão alguma poupança, mas sobretudo que o trabalho seja mais bem feito do que aquilo que o Município tem tido a capacidade, não estando a dizer que é mal feito, mas que irão agora ver como será feita essa gestão. Sempre disse a Câmara Municipal não tem a capacidade de efetuar o corte de ervas em todo o lado e ao mesmo tempo, ficando sempre alguma coisa para trás, devido a não ter meios para isso. Espera assim ter o Concelho mais bem arranjado com as ruas limpas, com o corte de ervas feito a tempo certo. Referiu que irão trabalhar em dois mil e vinte e quatro, nos contratos interadministrativos, para receberem o envelope financeiro e fazer cada uma delas a sua gestão na contratualização de serviços, atendendo à

fiscalização, à celeridade e que vem retirar à Câmara Municipal algum trabalho que vão poder alocar a outro tipo de necessidade. Voltou a frisar que não é o orçamento que pretende, pois pretendia ir mais além, dizendo que o executivo irá trabalhar para esse fim. Deu conta que há um conjunto de rubricas que vão ser reforçadas e que pretendem transitar, nomeadamente dois milhões e quinhentos mil euros, para depois em fevereiro reforçar algumas rubricas que têm, valor de um euro, para posteriormente fazer os investimentos que entendam ser necessários. O Senhor Vice-Presidente, no uso da palavra, e esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Jorge de Castro, relativo à identificação de outros, voltando a frisar que essa situação resulta do classificador. Disse estarem a fazer esse esforço, bem como por parte dos técnicos esse trabalho, falando nas Grandes Opções do Plano e daquilo que são os mapas que depois se refletem nas atividades mais relevantes e no plano plurianual de investimentos, discriminando o mais possível essas rubricas de outros, de forma que fiquem identificadas. Referiu que também não estão confortáveis com a rubrica outros, devido a não ter identificação, mas deu conta que já muito trabalho foi feito nesse sentido, e que neste momento quase se consegue fazer uma análise mais exhaustiva nas GOP's, que se identificam melhor, compreendendo a situação e que todas as dúvidas são passíveis de serem esclarecidas, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e falando nos vencimentos, e falando concretamente das escolas, estão a falar de oitocentos e vinte e sete mil euros o que no orçamento que a Câmara tem é um peso muito grande. Referiu que só a Escola Sede tem um valor de quinhentos mil euros, para perceberem um pouco dos valores mencionados, dando conta também das

atualizações salariais impostas e bem pelo governo, terminando assim este breve esclarecimento. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, e em minuta, com quinze votos a favor, do Partido Socialista, zero votos contra, e seis abstenções do partido PPD/PSD.CDS-PP, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024. -----

11. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2024, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, e em minuta, com quinze votos a favor, do Partido Socialista, zero votos contra, e seis abstenções do partido PPD/PSD.CDS-PP, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2024. ---

12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da Carta Social do Município de Ferreira do Zêzere, conforme artº 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. -----

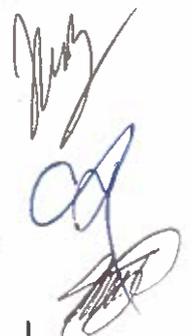
A Senhora Vereadora, Ana Elisabete Ferreira, no uso da palavra, passou a apresentar a Carta Social do Município de Ferreira do Zêzere. Fez um enquadramento legal breve, dizendo que a Carta Social Municipal é um instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos das respostas sociais que inclui o seu mapeamento, bem como aquilo que se projeta ou que se prevê como necessário construir num futuro próximo, dizendo que as cartas sociais municipais são

reguladas pelo Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, e regulamentadas pela Portaria nº 66/2021, de 17 de março. Falou um pouco sobre o histórico da Carta Social, dizendo que o Município de Ferreira do Zêzere, assumiu as transferências de competências na área da ação social em abril de dois mil e vinte e dois. Deu conta de que o início dos procedimentos de análise e de recolha de dados para a carta social remontam a outubro de dois mil e vinte e dois, em que os questionários que foram efetuados às Juntas de Freguesia, bem como às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Ferreira do Zêzere, foram feitos de fevereiro a maio de dois mil e vinte e três. Disse que a última prospeção de diagnóstico social que tinha sido efetuado no Município foi em dois mil e catorze e aprovado no mesmo ano, referindo que não existe uma carta social anterior. Relativo ao procedimento de aprovação, o mesmo está definido legalmente, em que o primeiro passo é a discussão e aprovação no conselho local de ação social, que aconteceu no dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e três, em que a carta social foi aprovada por unanimidade. Presentemente a Carta Social está no segundo passo a procurar aprovação pela Assembleia Municipal, e posteriormente enviar o documento à tutela responsável pelas autarquias que neste caso é o Ministério da Administração Interna e à tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Deu conta que a Carta Social que foi entregue aos Senhores Deputados Municipais começa por definir os seus objetivos, com uma brevíssima nota introdutória com contexto histórico do Concelho que fala das suas freguesias e da sua conjuntura geográfica, bem como do contexto demográfico, na perspetiva da variação que houve entre dois mil e onze e dois mil e vinte e um, e muito brevemente num contexto socioeconómico focado na perda acentuada da população, sobretudo no período mencionado atrás, o envelhecimento da população e a carência

de uma rede de transportes públicos abrangente que são os fatores considerados pela atual literatura socioeconómica como preponderantes nos territórios de baixa densidade. Seguidamente apresentou uma análise dos fatores socioeconómicos mais detalhada começando por analisar as dinâmicas sociais, primeiramente da perspetiva da dinâmica populacional, dando a caracterização daquilo que é a evolução da população residente e do seu índice de dependência, a evolução demográfica, o envelhecimento, e o saldo migratório, o saldo natural do Concelho, passando posteriormente à dinâmica socioeconómica, nomeadamente do desemprego, dos apoios sociais, que são atualmente dados aos munícipes e ao emprego por setor de atividade que é algo de muito preponderante daquilo que é o perfil socioeconómico do Concelho de Ferreira do Zêzere. No capítulo seguinte, o terceiro, fez-se um diagnóstico social síntese, e neste ponto esclareceu que o diagnóstico social de um Concelho não se confunde com a Carta Social Municipal, que são documentos diferentes, têm objetivos estratégicos diferentes, mas, contudo, e aquilo que são os compromissos que o Município tem de assumir com a Carta Social, faria sentido dizer alguma coisa sobre aquilo que é o diagnóstico atual do Concelho. Os dados que tinham eram de dois mil e catorze, e estavam perfeitamente datados e que não serviam, pelo que se optou, e sendo uma opção da Senhora Vereadora, sob sugestão da Consultoria do Senhor Professor Rogério Roque Amaro, que é o professor que dá consultoria à CIMT, para os assuntos da ação social, e que fez uma consultoria gratuita para o efeito, fazer questionários às instituições que se considerassem relevantes, e entendeu que os mais relevantes era consultar as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, e em que a Senhora Vereadora entendeu que se deveria consultar também as Juntas de Freguesia, que foi o que fez. Aquilo a que se chama diagnóstico social síntese é apenas essa análise muito breve e muito

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

superficial que resulta dos questionários que foram aplicados naquele contexto concreto. Assim, o diagnóstico social do Município de Ferreira do Zêzere, tem muito rigor, tem muito detalhe e que hoje em dia para ser bem feito implica a georreferenciação de todas as pessoas de todos os agregados familiares que estejam em situação de risco, dizendo que esse trabalho irá ser feito a partir de dois mil e vinte e quatro, por dois técnicos especializados e contratados especificamente para esse fim com contrato a termo resolutivo certo, durante vinte e sete meses, através de uma contratação que irá ser financiada pelo Radar Social. Com esses diagnósticos quiseram basicamente responder a cinco questões muitas diretas, sugeridas pelo Senhor Professor Rogério Amaro, nomeadamente: Quais são os problemas/necessidades sociais mais relevantes da comunidade em Ferreira do Zêzere?; Que respostas/soluções gostaria de ver para esses problemas?; Que contributos pode dar para ajudar a solucionar esses problemas?; Que atividades ou respostas sociais pretende implementar, na sua instituição, no futuro?; O que acha que precisa para desenvolver essas respostas sociais?. Referiu que com base nas cinco questões atrás referidas fez-se uma analítica por grupo populacional que dá o resultado, que sintetizou um pouco. Na perspetiva dos idosos, das instituições é que os grandes problemas são a pobreza e o isolamento e as grandes necessidades são as plataformas sociais, e não só do ponto de vista comunitário, associações, partilha em grupo, mas também teleassistência de plataformas sociais tecnológicas e a existência ou alargamento de mais estrutura residencial, ou seja, para pessoas idosas mais algumas respostas da rede nacional de cuidados continuados integrados e que não existe em termos residenciais. Do ponto de vista dos jovens, as instituições consultadas indicam como problemas a escassez de oferta educativa, no ensino secundário, do ponto de vista do ensino superior, não tem essa oferta, escassez de



emprego qualificado, onde mencionou que jovens do Concelho são cada vez mais qualificados, e que o perfil agropecuário industrial do Concelho não permite fazer a absorção de grande parte da qualificação. Toda essa situação conjugada, leva a uma perda acentuada de população e que todos conhecem. Relativo à população adulta os problemas mais identificados, foram o abuso de substâncias, sobretudo o álcool, dando conta que o alcoolismo é um problema de saúde pública mais grave no Concelho de Ferreira do Zêzere, devido a não ser percecionado dessa forma, sendo desvalorizado como problema de saúde pública, e que aquilo que veem e que obtêm pelos questionários, bem como da prática da ação social do Município, todos os dias o alcoolismo continua a destruir famílias, empresas, empregos, a comprometer seriamente a integridade Comunitária no Concelho. Referiu que o acesso à habitação é outros dos problemas da população adulta, dizendo que a habitação existente é escassa, extremamente cara, e que aqueles que tem habitação própria, muitos deles têm habitações herdadas e que não foram intervencionadas na altura certa, tendo imensos problemas energéticos, e de salubridade. O acesso a cuidados de saúde, nomeadamente o problema da mobilidade e transportes. A nível da análise S.W.O.T. – (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), referiu que a nível de forças, o Concelho de Ferreira do Zêzere, tem uma boa localização bem como boas acessibilidades rodoviárias, sendo muito importante do ponto de vista da ação social e no todo tem baixos índices de pobreza. A nível de fraquezas, existe uma oferta muito limitada de serviços de saúde e de habitação, uma oferta limitada na área da educação secundária e uma oferta limitada na área dos transportes públicos. Em relação a oportunidades para futuro, e referindo que o facto de se ter os recursos humanos cada vez mais qualificados, sendo essa situação que poderá alavancar, dizendo que têm uma boa estratégia local de habitação aprovada e têm por parte,

quer das instituições sociais, quer das empresas privadas do Concelho de Ferreira do Zêzere, uma ótima execução em termos de fundos comunitários, nomeadamente do PRR. A nível de ameaças, refere-se aos comportamentos aditivos, e que são um problema de saúde pública e de integridade comunitária, a perda acentuada da população e a falta de emprego qualificado em certas áreas. Nos Capítulos quarto a décimo primeiro, faz-se o elenco das respostas sociais que existem no Concelho por área de intervenção, infância, juventude e população sénior, famílias e comunidade, migrantes e refugiados, violência doméstica, deficiência e inclusão e saúde. Existe um capítulo décimo segundo apenas para o associativismo que habitualmente não figura nas cartas sociais, mas por ter um peso muito importante no Concelho de Ferreira do Zêzere, entenderam que deveria constar também. Finalmente apresentou o último capítulo treze, que fala sobre as projeções de futuro e que é o mais importante da carta social, dizendo que é com essa base que as instituições sociais e análogas podem concorrer a fundos, estando a devida fundamentação descrita para levar a efeito a carta social. Disse ser muito importante que dentro daquilo que é a realidade social, que se consiga ser o mais abrangente possível, em termos de obras para futuro e em termos de compromissos que o Município quer assumir. Deu conta que o que o Município quer contribuir e dar o seu contributo na educação assegurando o acesso à educação universal e gratuito, assegurando ações de formação e literacia em várias áreas, e garantindo a manutenção dos equipamentos escolares, as infraestruturas de apoio, os transportes, as refeições, as bolsas de estudo e os demais apoios pedagógicos previstos. Na área do emprego, continuar a assegurar o aconselhamento e encaminhamento das respetivas situações, promover a fixação de empresas através de incentivos, facultar equipamentos municipais para ações de empregabilidade, garantir que aceita estágios em contexto Municipal,

apoiar iniciativas de RVCC, e apoiar as Juntas de Freguesia em contratos emprego-inserção como têm vindo a fazer até à data. A nível da habitação o Município compromete-se a construir imóveis para a habitação social, criando estratégias municipais com vista à habitação a preços controlados. Na área da saúde e bem-estar, um apoio, lembrando que os apoios, todos eles são definidos em regulamento próprio e/ou aprovados por decisão dos executivos e mediante requerimento fundamentado, dando conta que fica a intenção genérica de apoiar a criação de respostas nas áreas dos cuidados continuados, deficiência, saúde mental e psiquiatria, cuidados paliativos, apoio domiciliários a idosos e a doentes, ERPI – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, e análogas, o alcoolismo e outras dependências, se surgir essa proposta por parte de alguma instituição ou empresa. Na área da pobreza e isolamento, o apoio à criação de equipamentos e estratégias de resposta à pobreza, em particular, a pobreza infantil; e de combate ao isolamento, em particular, o isolamento das pessoas idosas. Apresentou assim, a Carta Social do Município de Ferreira do Zêzere, que agora tem de fazer uma recolha e atualização de dados que é permanente e que é incumbência do setor do SAS-CMFZ (Setor de Ação Social e Câmara Municipal) e pelo CLAS – (Conselho Local para a Ação Social). O acompanhamento que compete em última instância à Câmara Municipal e a quem tenha o pelouro da Ação Social, nos próximos anos, bem como o relatório de evolução da Carta Social são obrigatórios legalmente, sugerindo pessoalmente, bem como a equipa, uma avaliação intermédia da Carta Social em dois mil e vinte e cinco, uma avaliação final em dois mil e vinte e sete e uma revisão em dois mil e vinte e oito, terminando assim a sua intervenção com a apresentação em Powerpoint da Carta Social do Município de Ferreira do Zêzere. -----

Não houve intervenções após a apresentação da Senhora Vereadora. -----



Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, conforme artº 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, aprovar a Carta Social do Município de Ferreira do Zêzere. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, invocou o artigo vigésimo quinto, no ponto número três do Regimento da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, para prolongar a sessão, de acordo com o artigo mencionado. ----

13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para isenção do pagamento das taxas referentes aos meses de janeiro a abril (inclusive) ao Senhor Celestino António Gomes Marques, e para aprovação da redução em 50% das taxas mensais, para o ano de 2024, para os vendedores que exponham e vendam os produtos por si produzidos na área das suas atividades, tradicional, artesanal ou artística. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, aprovar a isenção do pagamento das taxas referentes aos meses de janeiro a abril (inclusive) ao Senhor Celestino António Gomes Marques. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, aprovar a redução em 50% das taxas mensais, para o ano de 2024, para os vendedores que exponham e vendam os produtos por si produzidos na área das suas atividades, tradicional, artesanal ou artística. -----

14. Apreciação e votação da proposta de redução das Taxas, na ordem dos 25% a aplicar ao licenciamento ou à comunicação prévia, de operações urbanísticas de obras de reconstrução, reabilitação, alteração e ampliação de edifícios habitacionais ou não, que se encontrem em ruínas ou degradados e sem condições de utilização, que as respetivas taxas sejam também aplicáveis aos

muros e piscinas, quando integradas no mesmo processo, e que as reduções não sejam aplicáveis aos prazos de execução, prorrogações e às LECO, relativo à Tabela de Taxas Municipais de 2024, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, aprovar redução das Taxas, na ordem dos 25% a aplicar ao licenciamento ou à comunicação prévia, de operações urbanísticas de obras de reconstrução, reabilitação, alteração e ampliação de edifícios habitacionais ou não, que se encontrem em ruínas ou degradados e sem condições de utilização, que as respetivas taxas sejam também aplicáveis aos muros e piscinas, quando integradas no mesmo processo, e que as reduções não sejam aplicáveis aos prazos de execução, prorrogações e às LECO, relativo à Tabela de Taxas Municipais de 2024. -----

15. Votação da proposta da Câmara Municipal, da retificação ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, aprovou a retificação ao Regulamento Municipal de urbanização e Edificação. -----

16. Compromissos Plurianuais: -----

16.1) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

17. Para conhecimento dos apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos às freguesias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 4 da proposta de concessão de apoio às freguesias aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de junho de 2023. -----

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

18. Para conhecimento, do comprovativo de comunicação no Portal das Finanças, relativo à Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2024. -----

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

19. Para conhecimento, da Atualização Tarifária dos Serviços Prestados pela Tejo Ambiente - E.I.M., S.A., para o Ano 2024. -----

O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, e referente aos aumentos que são indicados nas tarifas dos serviços prestados pela Tejo Ambiente, questionou se o executivo teve alguma reunião com a Tejo Ambiente, na elaboração das tarifas, de forma a ter alguma justificação plausível para o aumento previsto, sugerindo se poderiam tentar efetuar um enquadramento para famílias mais

numerosas, com um apoio mais alargado em relação àquele que já existe nos tarifários, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, João Silva, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, quis relembrar que aquilo que analisou no documento em apreço, a Tejo Ambiente por sua iniciativa, nem sequer aplicaram o valor da tabela prevista pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, dizendo que o valor de aumento, para os Ferreirenses é sempre mais, referindo para se ter a noção e daquilo que se pôde observar na documentação a Tejo Ambiente teve o cuidado e em conta a particularidade do momento e da questão social em que se vive, optaram por não aplicar a tabela que poderiam ter aplicado, aplicando sim uma tabela mais baixa, querendo que fique salvaguardado, dando a ideia que poderia não ser sobre isso que se trata, e que foi exatamente isso que trata a documentação recebida, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, quis corroborar o que o Senhor Deputado Municipal, João Silva deu conta anteriormente e dizer que a ERSAR pretendia que o aumento fosse maior, e que o Conselho de Administração entendeu que era demasiado. Quis chamar a atenção, pois já o fez numa Assembleia Municipal, em que havia um ponto da Ordem de Trabalhos relativo aos aumentos, dizendo que foi aprovado em Assembleia Municipal um estudo de Viabilidade Económica Financeira, sendo que nesse estudo era claro como água, na questão dos aumentos, os valores, e que o aumento de tarifas no documento em apreço é um pouco o reflexo desse estudo, dando conta que se não o conseguirem cumprir, a empresa não tem condições para laborar. Disse que, o que a empresa tentou fazer, foi ter um aumento que não fosse tão grande como a ERSAR pretendia, e foi na

dimensão possível. Disse que se vivem tempos difíceis e que ninguém gosta de aumentar tarifas, de modo que a empresa tenha que continuar a trabalhar e a fazer o investimento e dotar-se de capacidade para continuar. Referiu que na sua opinião a empresa está a ter um caminho ascendente, não estando como todos pretendem ainda, mas tem confiança na gestão da mesma, dizendo que o Município está na Assembleia Geral da Tejo Ambiente e não no Conselho de Administração, onde não tem poder sobre a Direção Executiva, mas diz que é compreensível, dizendo que se está a trabalhar para que esses aumentos não tenham tanta expressividade. Referente ao conjunto de apoios, disse já terem a Tarifa Social para a água, dando conta que só para as Associações o Município paga metade do consumo anual da água e que irão ter que olhar para esses números devido a ser valores enormes, referindo que terão que fazer uma relação relativo às associações que estão mencionadas na Tejo Ambiente, porque entendem que algumas não fazem sentido, e ao preço que está a água, está a falar de milhares de euros, mencionando que o Município tem que continuar a trabalhar para consumir menos água a todos os níveis. Disse que os Municípios também sofreram esse aumento, não sendo só para os particulares, para que de certa maneira possam também ajudar um pouco os particulares para que não sofram a totalidade esses aumentos, tendo de ser eficientes naquilo que é o consumo e perda de água, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, e com direito de resposta ao Senhor Deputado Municipal, João Silva, dizendo que a questão que foi levantada era a que houve aumento de tarifas, e que interveio para interpelar o Executivo, devido a não ser esclarecido na opinião pública, lembrando que está numa Sessão de Assembleia Municipal, querendo dizer que o comum cidadão não lê a documentação, mas sim os Senhores Deputados Municipais, devido a terem acesso

a elas, achando que é de bom grado, alertar que vai haver aumento de tarifas, não dizendo que eram de mais, e que a questão colocada foi se poderia ser acrescentado apoio social, relativo a essas tarifas onde houver necessidade, sendo só essa situação, dizendo que agrada que o Senhor Presidente e o Executivo está em linha com a Tejo Ambiente e que estão afincados em cumprir os planos que foram aprovados em Assembleia Municipal, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, João Silva, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, disse que quando ele veio fazer a sua intervenção, não referiu que aqueles valores foram discutidos em sede da Tejo Ambiente e a decisão da Tejo Ambiente, do valor aplicado, perguntou sim se havia intervenção da Câmara para a Tejo Ambiente, dizendo que também não referiu para quem os ouve e quem os conhece como chegaram àqueles valores, sendo isso que o Senhor Deputado Municipal João Silva, fez na sua intervenção. Frisou que a documentação que o Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo teve acesso e que o Senhor Deputado Municipal, João Silva, teve acesso e que os restantes Deputados Municipais tiveram acesso, não tinha exatamente a comunicação que tinha trazido na intervenção, sendo por esse desfasamento que decidiu intervir, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, disse que todos sabem que houve um aumento, dizendo que aquilo que está em causa naquele documento é o direito às pessoas serem esclarecidas, nada mais do que isso. -----

Tomaram conhecimento. -----

20. Para conhecimento, do Plano de Atividades e Orçamento da Tejo Ambiente - E.I.M., S.A., para o ano de 2024. -----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, queria apenas chamar a atenção para aquilo que foi uma exigência do Município de Ferreira do Zêzere, relativamente aos investimentos futuros da Tejo Ambiente. Disse que o Município nunca teria capacidade de investimento se trabalhasse aquilo que é a rede de abastecimento de águas e rede de saneamento, sozinho, por força da dimensão que o Município tem, a nível de orçamento, e também por termos um território com habitação muito dispersa o que cria muitos problemas. O Senhor Presidente da Câmara entendeu em sede de Assembleia Geral da Tejo Ambiente, que só aprovaria o orçamento da Tejo Ambiente para dois mil e vinte e quatro, se Ferreira do Zêzere tivesse investimento nesse ano. Como já foi indicado o Município quer muito avançar com saneamento na zona de Chãos e Areias, dizendo que colocaram no orçamento para dois mil e vinte e quatro, investimento no sistema de saneamento de águas residuais do Chão da Serra, sendo uma parte que falta, bem como em Chãos, Avecasta e Almogadel. Pretendem que tenha início no princípio do ano, e que não estava previsto na proposta de orçamento inicial, dando conta disso mesmo, que pretendia que houvesse investimento o ano seguinte. Referiu que olhando para os Municípios da mesma dimensão que Ferreira do Zêzere, o Concelho não sai a perder, em relação ao investimento da Tejo Ambiente em Ferreira do Zêzere. Disse que ainda tem investimento a decorrer, havendo ainda muito trabalho a fazer e que ainda tem muitos anos para que o Concelho esteja numa situação estável, naquilo que é o abastecimento de água, no saneamento, na perda de água, esperando que esse investimento aconteça no ano seguinte para o bem do Concelho, terminando assim a sua intervenção. -----

Tomaram conhecimento. -----

21. Para conhecimento, do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito à Oposição do ano de 2021 e 2022. -----

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, quis fazer duas referências, antes de iniciar o ponto de Intervenção Aberta aos Cidadãos, dizendo em primeiro lugar, que o Senhor Deputado Municipal, José Manuel Duarte que se havia sentido mal durante a sessão, e que já tinha dele recebido uma mensagem a informar que já se encontrava em casa e que estava tudo bem, desejando assim as suas melhoras. No segundo ponto, informar que o Senhor Vereador Hugo Azevedo, que por motivos de saúde e estando retido numa consulta não poderia estar presente na Sessão, dando conhecimento aos membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: *“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Na Assembleia de 29/09/2023, V. Exa., deu-me a palavra, mas limitou a minha intervenção, e pôs em causa o seu conteúdo. V. Exa., é Doutorado, letrado, sabe perfeitamente o significado das palavras, e o que elas representam no contexto onde são inseridas. A linguagem e o conteúdo do que é exposto por qualquer cidadão em Assembleia não é determinado por V. Exa., é sim, pelo cidadão que intervém. Sugeriria que V. Exa., consultasse a C. R. P. no seu artigo 37º, nos seus pontos 1, 2 e 4. O Regimento da Assembleia diz existir 30 minutos para a população apresentar os assuntos e que cada cidadão tem 5 minutos para os expor. Mas*

também diz, que deve receber as devidas respostas, e quando elas não correspondem ao que é solicitado, existe o direito de pedir o devido esclarecimento. **Chegados aqui, verifico, não existir grande diferença entre o passado e o presente.** Senhor Presidente da Assembleia. Estamos numa Assembleia Municipal e não na Assembleia da República, ou numa Assembleia de Académicos ou de Catedráticos. Aqui participam moradores. Cidadãos com as suas limitações e dificuldades, que procuram respostas para os seus problemas e os seus anseios. Gradualmente, V. Exa., tem vindo a utilizar o método parecido com a areia movediça, que afasta os concidadãos do debate, da informação a que estes têm direito, e põe em causa o pluralismo democrático. Os Senhores usam a democracia, mas utilizam com alguma habilidade a lei e a técnica para aplicar o garrote. Eu não venho aqui para arranjar confusão, e muito menos amigos ou inimigos. Enquanto cidadão, venho apresentar assuntos, criticar quando entendo que o devo fazer, e conhecer o que os Senhores e Senhoras Deputados Municipais decidem sobre as nossas vidas, porque é um direito que me assiste, e um dever de cidadania. Recuso-me a aceitar que as minhas palavras sejam postas em causa por erro de interpretação, ou de avaliação. Eu tenho plena consciência de quais são as minhas obrigações, mas também sei quais são os meus direitos. E esses, acreditem que não permitirei que os tentem espezinhar. Porque quem o fizer, terá sempre a devida resposta. Portugal precisa de uma mudança política, nos seus valores, nos seus ideais, nos projetos, onde a pessoa humana seja a principal preocupação dos políticos, e não o dinheiro, o poder, ou a vaidade. Mudando de assunto. Quanto ao processo de desagregação de freguesias, gostaria que V. Exa., me esclarecesse do seguinte: A Comissão do Poder Local da Assembleia República desde o dia 10 de novembro que tem enviado ofícios para algumas Assembleias Municipais a solicitar documentos em falta sobre a

desagregação das freguesias. A pergunta é: Quanto ao processo da Freguesia de Pias existe alguma coisa para esclarecer? Senhor Presidente da Câmara Municipal. No dia 02/10/2023 entreguei um requerimento nos serviços do Município dirigido a V. Exa., onde solicitava cópia da ata da reunião pública da Câmara realizada em 26/07/2023. Dia 30/10/2023, recebi uma carta do Município onde consta uma minuta, e não a ata requerida, e onde é dito o seguinte: A ata de reunião de Câmara de 26/07/2023 ainda não se encontra aprovada. Três meses depois, a ata ainda não tinha sido assinada, por isso, vou continuar à espera que o Executivo Camarário arranje tempo para aprovar a ATA, e que não se esqueçam que continuo à espera da cópia como eu a REQUERI em 02/10/2023. Para concluir. Há cerca de um ano, esta Assembleia aprovou por unanimidade uma Moção a condenar as mortes sobre o conflito na Ucrânia, e até foi feito um minuto de silêncio. Será que o seu autor desconhece o que se tem vindo a passar na Palestina? Ou será por este não fazer parte do continente europeu? Mais de 20.000 Palestinos dos quais mais de 6.000 eram crianças, foram assassinadas pelo invasor e Sionista/Nazi que governam Israel. Lamentavelmente, esta Assembleia Municipal é como o feijão frade, tem duas caras, e deixa agora passar em claro este crime odioso contra o Povo da Palestina. Disse." -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra e dirigindo-se ao Senhor Vítor Mendes, agradeceu as palavras pouco elegantes que lhe dirigiu, ficando-lhe, no entanto, reconhecido pelas mesmas, lembrando que só nas Sessões Extraordinárias, a palavra que o público usufrui é restringida acerca do tema da Sessão, dizendo que se o Senhor Vítor Mendes leu o regimento, e sabendo que já o pediu, sabe que encontrou essa situação descrita no regimento. Referiu que o objetivo é dar voz à população, e que em relação à situação da Palestina deu toda a



razão ao Senhor Vítor Mendes e que na próxima Assembleia não se esquecerá desse fato e colocará para aprovar por todos os membros da Assembleia uma condenação pelos atos que estão a assistir em relação à população palestina, não esquecendo o ato de agressão inicial a que foi sujeita a população israelita que também era ela menor e muitas delas crianças, não tendo mais comentários a tecer. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e respondendo ao Senhor Vítor Mendes, quis justificar a razão pela qual ainda não tem a ata, tendo só a minuta, referindo que os serviços técnicos por mais que aumentem o valor com vencimentos, ainda não têm capacidade para aquilo que foi o trabalho apresentado de ter as atas em dia, infelizmente. Não é nada que o Senhor Presidente não tenha já pedido aos serviços, pedindo a compreensão do Senhor Vítor, não se tratando do executivo, não aprovar a ata, mas sim dos serviços técnicos terem capacidade temporal de a poderem efetuar para que a possam analisar e estando de acordo, assim sim, nessa altura será aprovada, sendo as limitações do quadro de pessoal que o Município tem, tendo que haver compreensão da parte do Senhor Vítor Mendes e assim o entender, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Senhor Vítor Mendes, no uso da palavra, e no seguimento dos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, começou por dizer que compreende perfeitamente, mas disse que o documento está elaborado, faltando apenas os Senhores do Executivo, confirmarem se o texto que foi trabalhado pelos serviços do Município se corresponde ou não à verdade, assinar e entregar, devido ao documento que tem não ter a assinatura do Senhor Presidente e portanto não estar validado. O Senhor Vítor Mendes informou que necessita daquela Ata e que oficialmente conhecer a Ata, dizendo que quem tem que responder por aquela situação é o Senhor Presidente e não os funcionários. O Senhor Presidente esclareceu ao Senhor Vítor Mendes,

explicando as razões do atraso, mas pediu que tome as medidas necessárias para resolver o problema, não bastando falar em milhões, mas sim também tomar medidas concretas para resolução dos problemas, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Francisco Oliveira solicitou o uso da palavra, começou por desejar boas festas a todos os presentes, e também desejando as melhoras ao Senhor Márcio Cabral. Começou por falar da aprovação do orçamento, e vendo com bons olhos, a atribuição de mais recursos humanos, mais recursos financeiros que de certo modo irão ajudar o Município e as respetivas Juntas de Freguesia a conseguir responder melhor às necessidades da população, devido à transferência de competências. Falou de um conjunto de investimentos significativos, nomeadamente a situação da Loja do Cidadão, dizendo que se procurarem no Mapa do Cidadão, as lojas mais perto situam-se no Sardeal, Entroncamento, Torres Novas, sendo assim uma Loja essencial para se ter no Concelho de Ferreira do Zêzere, respondendo diretamente às necessidades das pessoas, não podendo de todo estarem a pensar se irão fazer ou não, se irão fazer obras ou não se forem necessárias e dizer que se não faz investimento. Falou certamente das limitações que o Concelho tem, comparativamente com outros, mas é um Concelho do interior, realçando a importância dos fundos comunitários sendo muitos deles comparticipados a cem por cento, bem como na descentralização das competências e dentro do possível da regionalização. Aludiu para que pretendessem um país mais justo, equilibrado e mais dinâmico, é importante que se tenha a noção de que não existem nem pessoas e regiões de primeira, nem de segunda. Disse que a descentralização é importante e não se pode fazer os investimentos no interior cortando balcões, serviços, apoios, mas pelo contrário, reforçando os serviços, os apoios, os balcões no interior, e que

só assim é que se consegue valorizar estes territórios, valorizando as suas pessoas. Referiu que têm de combater a ideia da meritocracia, devido a que toda a gente não começa do mesmo ponto de partida, pedindo desculpa, dando conta que não se pode dizer que um jovem do interior tem menos mérito por não estudar para Lisboa, não sendo por falta de mérito, mas sim pelo facto de as habitações serem caras nesses locais, e que um jovem do interior, não consegue passar a tarde a estudar para ter melhores notas em Lisboa, devido a ter que estar a trabalhar, para pagar precisamente a alimentação, a habitação, os transportes, os estudos, referindo que se tem a obrigação de os apoiar. Ser jovem do interior não é nenhuma desvantagem, muito pelo contrário, é sinal de resiliência de quem luta para seguir os seus sonhos, dizendo mais uma vez que têm que se apoiar os jovens. Cabe assim ao Município, às empresas, dar as condições necessárias para que os jovens possam continuar a sonhar, quando regressarem à sua terra, para sonharem com emprego qualificado, com habitação acessível, para constituírem família e fixarem-se na terra, sendo pontos cruciais que tem de se ter em conta quando se aprova orçamentos, e quando se pretende que sejam implementadas medidas, infraestruturas no território, dizendo mais uma vez, que não é cortando serviços, apoios, balcões, mas sim reforçando todos esses, dando a indicação que iremos continuar a ter cada vez mais o interior mais desertificado e o litoral cada vez mais saturado. Quis assim cumprimentar todos os presentes pela aprovação do orçamento, bem como congratular por todo o trabalho desenvolvido ao longo do último ano, independentemente sejam autarcas, população civil, empresários, associações e que para o ano seguinte lá estarão para mais trabalho profícuo e que se possa continuar a responder às necessidades das gentes do Concelho de Ferreira do Zêzere, terminando assim a sua intervenção.-----

